



Anais da Assembléia

Nº 78

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 1.º DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 1.º DE AGOSTO DE 1983.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Gabriel Manoel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Anibelli, Artagão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Cliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pesutti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (57). Achando-se em licença o Sr. Deputado Ervin Bonkoski. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos). — Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão e instalado o 2.º Período de Sessões Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa, da 10.ª Legislatura.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem 73/83

Curitiba, 24 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e a URBS — Urbanização de Curitiba, com a interveniência do Município de Curitiba, objetivando estabelecer o compromisso que especifica, entre as entidades signatárias.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 74/83

Curitiba, 24 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 13 de maio de 1982, entre o Estado do Paraná e a Cidade Industrial de Curitiba — CIC, com a interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a participação do Estado no "Programa de Industrialização do Município de Curitiba".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 76/83

Curitiba, 28 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo de cooperação e compromisso celebrado em 07 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Quitandinha, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 77/83

Curitiba, 28 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos termos de cooperação e compromisso celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Mamborê, Mandaguáçu, Maria Helena, Marilândia do Sul, Mariluz, Marumbi, Moreira Salles, Nova Aurora, Nova Fátima, Pérola do Oeste, Pitanga, Rancho Alegre, Ribeirão Claro e Ribeirão do Pinhal, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 79/83

Curitiba, 30 de junho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação e compromisso celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Rio Negro, Roncador, Salto do Lontra, São João, São Jorge do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santo Inácio, Santa Mariana, Santa Cecília do Pavão, São Jorge do Oeste, Siqueira Campos, Tapira, Uraí, Wenceslau Braz e Xambrê, objetivando a construção de terminais rodoviários de passageiros nos referidos municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 83/83

Curitiba, 01 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Emater/Pr - Acarpa, o lote de terreno sob nº 4, da quadra 115, da cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, conforme parte da matrícula nº 2.416, de 30/03/82, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do mesmo nome, com área e demais características que especifica.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis é oportuna e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, em tal imóvel a Emater/Pr - Acarpa, construirá seu escritório, fato que, sem dúvida alguma, virá ensejar grandes benefícios às atividades agrícolas daquela região.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Emater/Pr — Acarpa, o lote 04, da quadra 115, com 364,90m², sito à Rua Santo Antônio, esquina com a Rua Vereador Antônio Pantarolo, na cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da matrícula nº 2.416, de 30/03/82, do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Imbituva, em cujo imóvel a donatária deverá construir seu escritório local.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mensagem 84/83

Curitiba, 12 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação

conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Abatíá	09/05/83
Califórnia	06/05/83
Congonhinhas	04/06/83
Diamante do Norte	04/06/83
Itambaracá	04/06/83
Iretama	06/05/83
Leópolis	09/05/83
Marilena	04/06/83
Paçandu	04/06/83
Ribeirão do Pinhal	04/06/83
Santa Fé	06/05/83
Sapopema	09/05/83
Siqueira Campos	04/06/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 85/83

Curitiba, 15 de julho de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — “PROSAFRAS”, no exercício de 1983.

Município	data da celebração
Alvorada do Sul	04/06/83
Cianorte	06/05/83
Douradina	04/06/83
Florestópolis	06/05/83
Floraí	06/05/83
Icaraíma	04/06/83
Imbituva	04/06/83
Itambé	04/06/83
Japurá	09/05/83
Joaquim Távora	06/05/83
Nova Santa Rosa	04/06/83
Pérola do Oeste	04/06/83
Rondon	04/06/83
Santa Mariana	09/05/83
Santo Inácio	04/06/83
Santana do Itararé	04/06/83
São Jorge do Patrocínio	04/06/83
São Carlos do Ivaí	04/06/83
São Tomé	04/06/83
Sertaneja	06/05/83
Tupãssi	04/06/83
Vitorino	09/05/83
Wenceslau Braz	09/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida

à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Ofícios:

Sob o nº 31/83, do Senhor OMERI BORGES — Presidente da Câmara Municipal de Pérola, o qual comunica que está em tramitação naquela Câmara Municipal o projeto de lei de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que dispõe sobre alteração do art. 51, da Lei Orgânica dos Municípios, instituindo verba de representação aos presidentes de câmaras municipais até o limite daquela percebida pelos prefeitos, queremos nesta oportunidade emitir o nosso ponto de vista com relação à matéria e solicitar de Vossa Excelência bem como dos demais pares que compõem esta Assembléia, irrestrito apoio ao referido projeto de lei, ao nosso ver de alta relevância para o fortalecimento do Poder Legislativo.

Como bem citou a Ilustre Advogada Doutora Vera Lúcia O.A. Marcopito da Fundação Cepam, muito embora não exista legislação específica que possibilite o pagamento de verba de representação ao Presidente da Câmara, entende-se no entanto haver a possibilidade do pagamento de tal verba, tendo-se em vista que o exercício dessa função envolve encargos especiais por parte da Presidência. Trata-se, portanto, de um auxílio financeiro justo em razão de função representativa do Poder Legislativo, exercida pelo Presidente.

O momento, portanto, é oportuno para, através da aprovação do projeto de lei do Ilustre Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, corrigir-se a discriminação existente com relação ao Chefe do Poder Executivo e ao Chefe do Poder Legislativo dando a este o direito de perceber sua merecida verba de representação, até mesmo porque as atividades do Presidente da Câmara não são menos importantes que as do Executivo, considerando-se que é o vereador e mais frequentemente o Presidente da Câmara que mais está em contato com os municípios. A instituição de uma verba de representação vem, portanto, se não retribuí-lo, pelo menos compensá-lo pelo laborioso trabalho que desenvolve em prol do município.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 23/83, da Senhora ELVIRA OLÍVIA GUIDOLIN ABRANTES — Presidente da Câmara Municipal de Iguaçu., a qual concede um voto de apoio ao Projeto de Lei nº 34/83, que modifica a Lei Complementar nº 2, de 18.06.73, em seu artigo 51, pois tal alteração viria eliminar a discriminação que ora se verifica para com os presidentes de legislativos.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 24/83, do Senhor PEDRO SILVESTRE, Presidente da Câmara Municipal de Kaloré, manifestando apoio ao Projeto de Lei nº 34/83, de autoria do nobre Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que modifica o art. 51, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73, que ora tramita nesta Assembléia Legislativa.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 64/83, do Senhor ANTÔNIO ALVES MADEIRA — Presidente da Câmara Municipal de Tapejara, apresentando apoio ao Projeto de Lei nº 34/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que modifica o art. 51, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73 e que, ora encontra-se em tramitação nesta Casa Legislativa.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 14/83, do Senhor IVANILDO MACHADO, 1º Secretário da Câmara Municipal de Timbaúba, no Estado

de Pernambuco, encaminhando cópia de Moção nº 07/83, congratulando o Excelentíssimo Senhor JOSÉ RICHIA, por sua investidura na Governança do Estado do Paraná, conquistada nas eleições diretas realizadas em 15 de novembro de 1982, acrescentando-se que o povo daquele município confia na operosidade do novo Governador e aquela Casa oferece todo apoio à certamente profícua administração que se inicia.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº GP/466/83, do Senhor JÚLIO CESAR, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, encaminhando cópia da Indicação nº 24/83, de autoria do Senhor Deputado LAURO SILVA, o qual solicita a criação de TAXA DE ASSISTÊNCIA AO MENOR CARENTE, nos seguintes termos:

1. descontando em folha, com possibilidade de abatimento no Imposto de Renda, um por cento sobre os rendimentos brutos de assalariados na iniciativa privada e pública da administração direta, indireta ou autárquica, percebendo mais de (10) dez salários mínimos mensais, considerando o maior do País, depositado em conta bancária própria, remunerada, até sua aplicação, com supervisão do Banco Central ou Banco do Brasil S.A.

2. Cada Estado aplicará o projeto da arrecadação nele efetuada.

3. A competência para a aplicação será de uma COMISSÃO ESPECIAL FILANTRÓPICA DE ATENDIMENTO AO MENOR CARENTE, formada por um membro indicado pelo Poder Executivo Estadual, um membro de cada Entidade Religiosa existente na Capital de cada Estado, um membro indicado por classe empregadora e empregada igualmente com sede na Capital e outras entidades representativas em número total de no máximo 50 (cinquenta), que elegerão por tempo determinado uma executiva constituída de 7 (sete) membros, que só poderão liberar recursos para execução de projetos assistenciais e educacionais, amplamente divulgados, discutidos e aprovados pela Comissão, com obrigatoriedade de prestação de contas, na forma da legislação existente e outras que forem criadas para caso específico.

4. Igual percentual será descontado do lucro líquido apurado nos balanços finais das empresas públicas de Economia Mista Federais, estaduais, municipais e empresas privadas, como ainda dos demais rendimentos tributáveis não alcançados pelo desconto em folha, no momento da apresentação de rendas.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 149/d/83, do Senhor PAULO SILAS ALVARENGA DE MELO — Presidente da Câmara Municipal de Taubão da Serra no Estado de São Paulo, o qual encaminha requerimento nº 133/83, de autoria do nobre Vereador DIOCLIDES FRANCISCO DOS SANTOS, subscrito pelos demais membros, solicitando apoio dos Senhores Parlamentares, a fim de que as prestações do BNH, vigentes em maio de 1983, sejam congelados por 5 anos, objetivando tirar os mutuários do sistema habitacional brasileiro do flagrante e desesperador estado de inadimplência em que se encontram e que os recursos necessários para a efetivação da história e tão humana medida sejam fornecidos pelo Finsocial, Sistema Federal de Loterias, Imposto sobre operações financeiras, e ou de tantos outros setores do governo, que em nome do bem-estar do povo brasileiro e da tão desejada paz social, poderão ser sacrificados.

— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 109/83, do Senhor AGENOR BARBOSA DOS SANTOS — Presidente da Câmara Municipal de Jesuítas, dando conhecimento do requerimento nº 004/83, de autoria do Vereador WALTER SCHULZ, o qual solicita a intervenção junto às autoridades federais para que seja restituído aos agricultores os quinze por cento dos vinte por cento do confisco da soja que o governo instituiu há pouco e que agora somente vem cobrando cinco por cento.— Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 69/83, do Senhor MOACIR ANTÔNIO GOMES DA SILVA — Presidente da Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, solicitando esforços pela criação e instalação da Comarca de Rio Branco do Sul. O Poder Judiciário já aprovou a sua criação em agosto de 1982, porém como parte integrante do mesmo projeto que dispõe sobre a subdivisão da Comarca de Curitiba. Encontra-se sobrestada a tramitação diante da polêmica originada com a subdivisão da Comarca da Capital, e o desfecho pode levar anos para ocorrer; enquanto que, a criação de nossa Comarca, que não conta com qualquer oposição, porém atrelada aquela matéria polêmica, arrasta-se junto.—

Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 64/83, do Senhor MAMORO NAKAMURA — Presidente da Câmara Municipal de Centenário do Sul, que em Sessão Ordinária realizada naquela Câmara Municipal, foi apreciado o Projeto de Lei nº 34/83, de autoria do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que institui verba de representação aos presidentes de câmaras municipais, mereceu REPROVAÇÃO por unanimidade dos Pares, sendo ainda a matéria taxada de inoportuna e de demagógica.—

Ao conhecimento da Casa.
Sob o nº 18/83, do Senhor WALDECIR DRANCKA, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, atendendo solicitação ao requerimento apresentado pelo Vereador LAURO BOLO ALCÂNTARA e aprovado por unanimidade, solicita a Vossa Excelência gestões junto aos órgãos competentes para a proibição de propagandas de medicamentos através dos meios de comunicações de massa, principalmente a televisão, por ser esta uma maneira de induzir o povo a automedicação que por si só já é maléfica, bem como promover produtos de qualidade e efeitos duvidosos.—

Ao conhecimento da Casa.
Sob o nº 17/83, do Senhor WALDECIR DRANCKA, Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, comunicando que foi aprovada por unanimidade Moção de Apoio ao Projeto de Lei nº 34/83, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, modificando o artigo 51, da Lei Complementar nº 02, de 18.06.73.—

Ao conhecimento da Casa.
Sob o nº 102/83, do Senhor AGENOR BARBOSA DOS SANTOS — Presidente da Câmara Municipal de Jesuítas, apresentando apoio integral daquela Câmara Municipal, quanto ao Projeto de Lei nº 34/83, do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que modifica o art. 51, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73.—

Expediente:

Do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE MELLO PACHECO — Presidente da CARTEIRA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO — COMPREVI, agradecendo em nome de todos os colegiados daquela carteira, pelos contatos mantidos por Vossa Excelência com os Senhores Deputados, objetivando sustar o andamento do projeto que, aprovado e sancionado, suspendeu o regime de semestralidade previsto no art. 20, da Lei nº 7.567/82, até 31 de dezembro de 1983. Muito embora a suspensão do reajuste semestral do VRC (Valor de Referência de Custas) prejudique pensionistas e inativos beneficiários desta Carteira, devo confessar, a bem da verdade, Excelentíssimo Senhor Presidente, que a boa vontade demonstrada por Vossa Excelência, ao atender solicitação deste Conselho de Previdência Complementar, muito me sensibilizou e fez avultar minha admiração pelo alto equilíbrio e pelo elevado espírito público de Vossa Excelência, na Chefia do Poder Legislativo Estadual.—

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO regime de urgência para o Projeto de Lei nº

91/83.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1983.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem na cidade de Bandeirantes, do Comendador LUIZ MENEGHEL.

Personalidade das mais brilhantes, o seu desaparecimento vem causar perda irreparável não só à sociedade de Bandeirantes, mas de todo nosso Estado.

Natural de Piracicaba, Estado de São Paulo, radicou-se na cidade de Bandeirantes desde 1939, sendo considerado por todos como um de seus pioneiros e desbravadores, iniciando suas atividades com a cultura de cana-de-açúcar, o que veio a culminar com a próspera Usina de Açúcar e Alcool Bandeirantes, da qual era diretor presidente.

Enumerar todas as suas virtudes e qualidades seria quase que impossível no presente requerimento, dado a extensão de toda a sua participação nos mais diversos setores em cuja presença era sempre garantia de pleno êxito e sucesso, pelo seu espírito de líder nato, além de sua vontade sempre presente de auxiliar o seu semelhante.

Prova incontestável do acima afirmado é a distinção de que recebeu quando outorgado lhe foi o título de Comendador, pela Sociedade Geográfica Brasileira Marechal Cândido Rondon e o título de Cidadão Benemérito, este outorgado por Sua Santidade o Papa Pio XII, pelos relevantes serviços prestados à Igreja e à comunidade em geral.

Mercê de todas essas excelsas qualidades como homem público e pessoa humana, fundou em 1976 a Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, cujo funcionamento só foi possibilitado por ter o falecido feito a doação do terreno e construído o prédio do referido estabelecimento às expensas de sua empresa, Açúcar e Alcool Bandeirantes S/A, com todas as instalações necessárias. Desnecessário dizer dos benefícios e progresso que tal obra representa para toda aquela região e ao Estado em geral, dado ao alto grau de especialização com que são formados aqueles que por lá passam como estudantes.

Vereador por duas vezes e Prefeito pelo mesmo número de mandatos, exerceu as suas gestões sempre voltado aos interesses de seu município, porque assim já o considerava, sempre com a maior lisura e sem medir esforços na busca do progresso e bem-estar da comunidade de Bandeirantes.

Amigo, sincero e leal, assim sempre se mostrou àqueles que tiveram o privilégio de privar de sua amizade.

Casado com a Senhora Maria Luiza Berto Meneghel, deixa 9 filhos, 31 netos e 21 bisnetos.

Indiscutivelmente a perda do ilustre Comendador Luiz Meneghel deixa um claro impossível de ser preenchido pelo seu carisma, sua coragem, sua liderança como homem público e suas excelsas qualidades de pessoa humana.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada, bem como à Câmara Municipal de Vereadores de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 1º de agosto de 1983.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de pesar à família do Sr. Luiz Meneghel, pelo seu falecimento ocorrido ontem, na cidade de Bandeirantes.

O Comendador Luiz Meneghel, faleceu aos 84 anos, deixando 31 netos e 21 bisnetos. No ano de 1939, radicou-se na cidade de Bandeirantes, iniciando uma pequena cultura de cana-de-açúcar. Hoje, a Usina é um dos maiores complexos na área de açúcar e álcool do País. Em 1961 recebeu o título de Comendador outorgado pela Sociedade Geográfica Brasileira, Mal. Cândido Rondon e o título de cidadão benemérito, este outorgado por sua Santidade o Papa Pio XII. Em 1976 fundou a Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, fazendo a doação do terreno e construindo por conta própria as instalações daquela fundação. Por duas vezes foi Prefeito de Bandeirantes, tendo sido ainda vereador.

Solicitamos encaminhar ofício ao Sr. Serafim Meneghel, no seguinte endereço: Usina de Açúcar e Álcool Bandeirantes S/A — Bandeirantes — Pr.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido ontem na cidade de Bandeirantes do Comendador LUIZ MENEGHEL.

O extinto era pessoa de grande influência naquela cidade, onde fundou a Usina de Açúcar e Álcool Bandeirantes S/A, da qual era seu Diretor-Presidente. Em 1961, recebeu o título de Comendador, outorgado pela Sociedade Geográfica Brasileira Marechal Cândido Rondon e o título de Cidadão Benemérito, pelos relevantes serviços prestados à Igreja e à comunidade, este outorgado por Sua Santidade o Papa Pio XII. Em 1976, fundou a Faculdade de Agronomia de Bandeirantes. Foi Vereador e Prefeito por duas vezes, exercendo assim 4 mandatos na cidade de Bandeirantes.

Outrossim, requer ainda, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada, através da Senhora MARIA LUIZA BERTO MENEGHEL, seus filhos, netos e bisnetos, todos residentes na cidade de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Castilho, ocorrido ontem em nossa Capital.

Outrossim, aprovado esse requerimento, requer comunicar-se à família enlutada.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se consigne na ata dos trabalhos legislativos de um "voto de pesar", pelo falecimento do Sr. Pedro Stanichski, ocorrido em Campo Mourão, dia 28 de julho de 1983.

Outrossim, requer, que do pronunciamento desta Casa, dê-se conhecimento à família, no seguinte endereço:
À Sra.

ANA STANICHESKI

Av. Interventor Manoel Ribas, 580

Campo Mourão — Pr.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, regimentalmente, REQUER, que após ouvido o competente Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão PEDRO STANISZEWSKI, ocorrido no dia 25 p.p., na cidade de Campo Mourão.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja levada ao conhecimento dos familiares, no seguinte endereço: Rua Interventor Manoel Ribas, 580 — Campo Mourão-Pr.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fulcrado nos dispositivos legais que regem esta Casa Legislativa, REQUER, após ouvido o íncrito Plenário, o envio de expediente à Câmara Federal e ao Senado Federal, bem como a todas as lideranças partidárias do Congresso Nacional, com a finalidade de promover a criação de um projeto de lei, instituindo um prêmio da Loteria Esportiva e da Loto, para compôr o quadro de auxílio aos flagelados do Sul, com cópias ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Conselho de Segurança Nacional, além dos Excelentíssimos Srs. Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e respectivos líderes das Assembléias Legislativas.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O grande drama gerado pelas enchentes é a questão que preocupa todos os brasileiros.

Os prejuízos em nosso Estado bem como aos co-irmãos catarinenses e gaúchos, são imensos. A recomposição do Estado do Paraná, bem como a reconstrução de suas cidades arrasadas, é a grande tarefa que está colocada para todos os brasileiros. A imensa campanha de solidariedade dos brasileiros aos falgelados do cone sul do país, mostra a firme posição do povo e do governo. O presente requerimento nada mais é do que mais uma forma de se alocar recursos para a grande frente nacional de recuperação dos estados atingidos pelas cheias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial de 5 membros, com a finalidade de acompanhar os problemas e apresentar soluções pertinentes às enchentes que assolaram o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, como os demais Estados do Sul do Brasil, teve nos últimos meses a infelicidade de ter inúmeros municípios devastados com o flagelo das chuvas, que arrasaram de maneira irreparável suas estruturas.

O Poder Legislativo socorreu na medida do possível as vítimas daquele flagelo. Queremos agora que se institua uma Comissão Especial, a qual como órgão representativo deste Parlamento poderá constatar os efeitos danosos da calamidade que flagelou nosso Estado, como também apresentar soluções na recuperação dos municípios assolados.

Esta Comissão poderá inclusive auxiliar as frentes de recuperação que foram instituídas pelo Poder Executivo, cooperando, desta forma, com uma frente única na reconstrução daquilo que as chuvas em pouco tempo destruíram.

É com essa intenção que apresentamos o presente requerimento que por certo merecerá o total apoio desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Senhor Secretário dos Transportes, solicitando prioridade quanto à pavimentação asfáltica do trecho da BR-461 que liga a cidade de Flórida ao Distrito de Ângulo, no Município de Iguaraçu.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor ERASMO GARANHÃO, DD. Secretário das Finanças e ao Excelentíssimo Sr. LEO DE ALMEIDA NEVES, DD. Presidente do Banestado, solicitando a instalação de um "Posto de Serviços" do Banestado no Lar Paraná, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Lar Paraná é um dos bairros mais populosos de Campo Mourão contando atualmente com mais de 15.000 (quinze mil) habitantes, ficando o mesmo distante do Centro da sede do município aproximadamente 5 (cinco) km, o que traz sem dúvida nenhuma diversas dificuldades aos seus moradores quando necessitam de se utilizarem da rede bancária.

Dáí acharmos necessária tal reivindicação para que o Banco do Estado possa servir melhor seus clientes e também aos moradores daquele populoso bairro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, que se envie expediente a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando a instalação de ensino de segundo grau, no distrito de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Paraná D'Oeste é importante Distrito do Município de Moreira Salles, região totalmente agrícola que produz muitos grãos que colaboram em muito com a receita de nosso Estado.

Sua população, entretanto, se recente de inúmeras dificuldades, principalmente na área da educação, pois ali ainda não funciona o ensino de segundo grau, e isso causa diversos dissabores além de despesas aos seus moradores, haja vista que têm os mesmos que enviar seus filhos para fazerem o segundo grau fora do distrito.

Sendo assim, solicitamos que o mesmo seja imediatamente instalado para poder sanar essa deficiência de há muito sentido pelos seus moradores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito, em seu inteiro teor, nos Anais desta Assembléia Legislativa, o artigo de Sua Excelência Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, intitulado "Colocar-se ao lado dos pobres é ser comunista?", publicado no jornal "Gazeta do Povo", em 17 de julho de 1983.

O mencionado artigo, de autoria daquela alta autoridade eclesiástica, dada a responsabilidade de quem o assina e das

posições claras e corajosas que sempre pautaram a atuação de D. Pedro Fedalto como Pastor Metropolitano, merece, sem dúvida, o destaque que hoje lhe queremos emprestar, pois deve servir como ponto de referência para aqueles que, interessados na resolução dos grandes problemas sociais que despontam em nosso século, esquecem das lições de Cristo, que, antes de qualquer dos filósofos modernos, propugnou com todo o vigor a justiça social entre os homens.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1983.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 98/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a realizar concurso interno, de provas e títulos para enquadrar na carreira de Agente Fiscal os servidores que, contratados como "CONFERENTE" prestem nas Agências Auxiliares de Renda da Secretaria de Estado das Finanças, funções idênticas às de Agente Fiscal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1983.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o projeto em razão da disparidade que existe atualmente nas carreiras de Conferente e de Agente Fiscal, tendo em vista que as atribuições nas duas carreiras são de funções e responsabilidades idênticas e a remuneração atribuída a uma e outra, se desnivelam de maneira gritante, ocasionando injustiça odiosa cometida contra servidores que de longa data vêm prestando relevantes serviços ao órgão arrecadador de nosso Estado.

Nada mais justo que os servidores que prestam serviços como Conferente, com grande proveito para a Administração Pública, através de um Concurso Seletivo interno, possam ser enquadrados na carreira de Agente Fiscal com as mesmas atribuições que até o momento vêm desempenhando, porém sem a correspondente remuneração.

PROJETO DE LEI N.º 99/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA CURITIBA DO GRANDE ORIENTE DO PARANÁ, com sede e foro na Capital do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01 de agosto de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar como de utilidade pública, pelos termos de seus estatutos que a este projeto de lei anexamos, presta reais serviços à comunidade, de forma desinteressada, adequando-se aos preceitos legais que regem a espécie. Assim, está a mesma a merecer a guarida legal ora proposta.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Senhoras e senhores deputados. (Lê):

"Ao reabrirmos os trabalhos desta sessão legislativa, cumpre-nos apresentar a Vossas Excelências os fatos e providências adotados pela Comissão Executiva durante o mês de julho, período de recesso parlamentar.

É certo que antigas tradições e o direito constituído nos determinam um recesso forçado durante alguns meses do ano. Mas também é certo que a dinâmica social não pára levando-nos a questionar a validade daquele princípio que pode ter sido adequado em épocas anteriores da vida política das sociedades, quando os acontecimentos possuíam um ritmo lento, perfeitamente prefigurável.

O mês de julho de 1.983, foi cheio de eventos que determinaram uma verdadeira vigília da Comissão Executiva e desta presidência em particular. Houve momentos em que chegamos a considerar inclusive a oportunidade de autoconvocação desta Casa de Leis, dada a gravidade das situações ocorridas.

Referimo-nos à segunda enchente deste ano, que se abateu sobre o Paraná em julho, fazendo mais de 70 mil desabrigados, ocasionando perdas superiores a 200 bilhões de cruzeiros, causando quase uma centena de mortes, trazendo o desassossego a todos os brasileiros deste Estado.

No período agudo da crise da natureza, a Comissão Executiva se manteve atenta, acompanhando a situação mediante continuados levantamentos recolhidos diretamente pelos senhores deputados, através de informações do Poder Executivo, via relatos da imprensa, ou mediante estudo de nossos órgãos de assessoramento técnico.

Em face da ampliação dos danos, havemos por bem — com o apoio das lideranças partidárias do PDS e do PMDB — elaborar uma proposta ao Poder Executivo estadual, para a constituição de uma comissão de alto nível, destinada a administrar o programa de reconstrução que se seguiria à enchente. Esta proposta foi anunciada em entrevista coletiva amplamente concorrida e acabou sendo acolhida pelo eminente governador José Richa, com a instalação da comissão no último dia 28 de julho, desta participando a Assembléia através desta presidência.

Ainda a Assembléia não ficou ausente à vasta corrente de humanitarismo que auxiliou nossos irmãos flagelados; sob responsabilidade do senhor primeiro secretário, foi organizada uma comissão interna de auxílio às vítimas da enchente, que recolheu e encaminhou doações de gêneros e bens no total de cinco caminhões.

Em desdobramento aos estudos que foram feitos durante a audiência pública geral sobre as enchentes de 20 de junho passado, fizemos realizar novos levantamentos após a repetição do fenômeno climático em julho. A proposta da Assembléia Legislativa — contendo amplo relatório, sugestão de medidas de reconstrução e de estudos técnicos para correção de efeitos futuros — foi entregue na última semana ao senhor presidente da República em exercício, merecendo palavras de estímulo de Sua Excelência.

Este elenco de atividades produzidas durante o recesso mostra que esta Casa não parou seus trabalhos, senão apenas suspendeu suas sessões regulares. Houve mesmo o caso de uma comissão técnica — de transportes — que chegou a realizar uma audiência pública durante o mês de julho, para colher subsídios destinados à produção de documento sobre a Lei da Balança.

A Assembléia em si, também convocou mais um programa externo, da natureza dos fóruns de debates: a mesa redonda sobre o Poder Legislativo e a redemocratização, no dia 11 de julho. Com a presença de deputados, líderes partidários, professores e jornalistas, foi debatido o novo papel do Legislativo com a consolidação da abertura democrática.

O conjunto de ações durante o recesso demonstra que esta Assembléia Legislativa — não obstante as limitações do momento que vivemos — está cumprindo a função a que se propôs, de responder ao Paraná.

Respondendo ao Paraná, precisamos também estar atentos para o momento nacional, prenhe de dificuldades. A Nação claramente se aproxima de uma definição que, a nosso ver, deverá ser uma solução de consenso nacional, para recriar as bases de um impulso de desenvolvimento que se ausentou de nós.

Nesta hora grave para a nacionalidade, precisamos estar vigilantes, o quanto estivemos no momento da crise na natureza”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A sociedade vive hoje dias difíceis em função da crise econômica. A miséria campeia nas periferias das grandes cidades, dos grandes centros urbanos, cujos cinturões são engrossados por gigantescas favelas habitadas por gente que veio do interior a procura de trabalho e só encontra o desemprego, o ócio e o vício.

Esta situação de miséria e desemprego reflete diretamente na escalada do crime e da violência, hoje insuportáveis. Curitiba que, até há alguns anos atrás, registrava índices modesto de criminalidade no seu dia a dia já começa a perfilar entre as cidades mais violentas do País. A imprensa estampa diariamente dezenas de casos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que exemplificam esta situação caótica. Os cidadãos paranaenses vivem um clima de insegurança cada vez maior.

Pudemos observar que em nosso Estado a escalada do crime está sendo facilitada e até mesmo impulsionada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque não dizer pelas precaríssimas condições de trabalho da nossa polícia. É evidente e notório que nossos policiais sempre atuaram sem a devida infra-estrutura e que muitas vezes redundou em casos de corrupção policial.

Entretanto, esta situação de precariedade está se agravando de tal forma que nos últimos meses que assistimos a casos absurdos de impossibilidade operacional da polícia. É inacreditável, Srs. Deputados, que os policiais não possam investigar eventuais casos por falta de combustível. Isto, só para não citar o exemplo da falência total da nossa polícia, um instrumento de paz, como disseram os próprios Delegados revoltados com essa situação.

Seria fácil e até cômodo responsabilizar o Governo do Estado. Mas não se trata disso.

Em consequência das terríveis enchentes que assolaram o nosso Estado levando milhares de pessoas ao desabrigo e ao flagelo, o Governo Estadual teve que “raspar o tacho”, dispendendo recursos consideráveis na recuperação emergencial das vítimas. E ainda resta muito para a reconstrução do Paraná a ser implementada como uma ajuda substancial do Governo Federal.

Não obstante todas as dificuldades a todo esse quadro alarmante, é de fundamental importância que o Governo Richa volte a olhar com a segurança dos seus cidadãos; hoje inexistente, tal como disseram os Delegados em nota oficial divulgada na semana passada, é vital o reequipamento da nossa polícia, nisso enquadrando-se o aumento dos contingentes policiais, a aquisição imediata de pelo menos 150 viaturas. As atuais foram chamadas de “calhambeques” na nota dos Srs. Delegados de Polícia, e a dotação do combustível necessário.

Outro aspecto diz respeito a adoção de uma nova filosofia de trabalho, em que sejam abolidas as medidas paliativas, mas sim as que combatem as causas do crime e não os seus efeitos.

O momento, como disseram os Delegados, não comporta a mediocridade das respostas de rotina, mas só grandes transformações.

É por isso que viemos aqui alertar o Governo Richa: ou se tomam medidas eficazes e imediatas, ou o processo de criminalidade, sobretudo aqui em Curitiba atingirá tal estágio de avanço que as expectativas de uma reversão deste processo se esvanecerão sob o manto da violência de tal forma, tal como infelizmente já ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo.

É esta a nossa preocupação Sr. Presidente e Srs. Deputados, a criminalidade sobe verticalmente. Os assaltos à mão armada a automóveis e residências, diariamente são estampados nos jornais da nossa Capital. E é absurdo e um absurdo maior, é que a polícia se diz impotente para evitar que essa criminali-

dade cada vez mais acentuada prolifere em nossa cidade de Curitiba.

É por essa razão que entendemos que num momento crucial como este é tão importante quanto a assistência aos flagelados como disse muito bem um Vereador do PMDB em nota divulgada hoje na "Gazeta do Povo", Delegado de carreira, o Vereador José Maria, é preciso que nós, juntos, consigamos recursos para que o Governo do Estado dê elementos a polícia civil, sob pena da nossa cidade ter que fechar suas portas porque a criminalidade é insaciável e não temos condições de contê-la sem a polícia civil equipar a sua gente.

Muito obrigado, e era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Presidência registra, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Rondon, Vereador Acir Ferreira Mendes.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Nelson Vasconcellos.

O SR. NELSON VASCONCELLOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Os 21 municípios da região de Umuarama totalizam uma área de 1.305.011 hectares. Mas de toda esta área, apenas 3,6% estão ocupados por florestas. É um dos menores índices de cobertura florestal do Paraná, agravando-se face à composição de seu solo, de arenito-cauiá, altamente erodível. Tal é a fase crítica que enfrentamos, que em alguns pontos do noroeste já encontramos sinais do processo de desertificação.

Não há mais tempo para discussões. Agora requer-se medidas práticas e a mobilização de toda a sociedade em defesa do sistema ecológico. A insensibilidade, a ganância econômica e a ignorância de uma boa parte das pessoas, têm contribuído decisivamente para que todos nós enfrentemos problemas diversos, pela derrubada das matas e a poluição. Os ventos que estão destelhando e até destruindo casas, ferindo pessoas e animais, tornam-se cada vez mais freqüentes e aumentam sua velocidade. Isto está diretamente ligado à derrubada das árvores, das matas, que antes serviam como um muro natural para deter os ventos.

Mas os problemas não param aí. Um outro gravíssimo problema advindo do desmatamento é a erosão. Na região de Umuarama, o fenômeno consome anualmente bilhões de cruzeiros em trabalhos de conservação de solo e erradicação das voçorocas que surgem nas cidades, nas fazendas, em todo lugar onde as matas já não mais existem. Apesar de tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as raríssimas reservas de matas que sobreviveram estão sendo ameaçadas. Em Umuarama, uma floresta de 30 alqueires terá cerca de 10 alqueires derrubados. Em Iporã, a terrível decisão se repete e mais 8 alqueires poderão ser desmatados. Em Tuneiras do Oeste, a maior reserva florestal de toda a região e possivelmente uma das maiores do Estado, igualmente pode ter uma parte devastada. São cinco mil alqueires de florestas, onde estão abrigados uma fauna e flora abundante, um verdadeiro museu da vida natural que já não existe mais.

Segmentos da população já estão se manifestando totalmente contrários a estes desmatamentos, que podemos considerar dentro da atual conjuntura, criminosos. Eu peço agora, que o restante da população, os demais segmentos que ainda não aderiram a esta luta, que é de todos nós paranaenses, despertem e vejam a importância da preservação destas matas. Devemos repudiar ações como esta, porque a agressão que a natureza sofre há anos, é revertida contra nós mesmos. Não há como negar, é um fato concreto. Ou nos unimos para o nosso próprio bem e dos nossos descendentes, ou então, a sociedade pagará cada vez mais caro, por estas atitudes insensíveis e anti-ecológicas."

Era o que tinha a dizer.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Tomo a iniciativa nesta tarde de trazer o tema ao debate, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que vem tomando o corpo nas discussões políticas que pelo País, neste mês de julho, se aprofundaram.

Trata-se de centrar nossa análise no quadro político vigente no Paraná e no País. Partimos do pressuposto de que os dois componentes essenciais para qualquer avaliação política cientificamente válida já estão dados.

Ou seja, do ponto de vista ECONÔMICO vivemos uma situação de crise, incontrolável pelos instrumentos da política econômico-monetarista ditada pelos credores internacionais e fielmente obedecida pelo Governo brasileiro. Por incrível que pareça, do ponto de vista SOCIAL vivemos um quadro de miséria crescente das camadas populares e de compressão dos níveis de renda das camadas médias. As elites encastelam-se cada vez mais no alto.

O brutal agravamento da crise econômica, consequência da política recessiva e concentradora de renda, tem levado à estagnação da agricultura, à sucataização do nosso parque industrial, ao favorecimento das atividades especulativas, ao esmagamento das pequenas e médias empresas, ao arrocho dos salários e às maiores taxas de desemprego da história, empurrando o País para a convulsão social. Para que esta se dê e se configure uma verdadeira barbárie, pois não há nível de organização política do povo para dar um rumo transformador a uma convulsão social, basta termos instalado, superpondo-se à crise econômica e à crise social, um quadro de crise política. Ou alguém duvida da capacidade que têm as forças da reação, do obscurantismo, do anti-povo enfim, para, de mãos dadas com as forças anti-nacionais, aproveitarem-se de uma eventual conjuntura de convulsão, de caos para imprimirem sua alternativa tradicional de golpe de Estado, mesmo correndo o risco de ver instalada uma guerra civil?

No entanto, predomina na opinião pública o entendimento de que um eventual retorno às formas autoritárias de governo, apresenta graves riscos de ruptura do corpo social, implicando em um agravamento do quadro de violência e sofrimento vivido hoje pelo povo. A solução direitista não é solução, pois beneficiaria somente um restrito círculo do poder, e não conseguiria tirar o País do atoleiro da crise econômica, nem restabelecer a confiança e a legitimidade das instituições. Felizmente, as alternativas reais que se colocam à vontade política são outras.

Há, em primeiro lugar, a possibilidade do regime ser vitorioso na implantação de seu projeto de auto-reforma, apesar de ter sofrido abalos com os resultados das eleições de 1982. Hoje ele é obrigado a compartilhar uma certa dualidade de poder com governos estaduais democráticos. O regime vigente continua dispondo de reservas e grande capacidade de iniciativa política. É verdade que ele teve reduzida a sua margem de manobra, mas o fato é que continua balizando o processo, impondo seus ritmos e limites à abertura, sem que até agora tenha sido bloqueado pelas oposições.

Mas a possibilidade de vitória do projeto de auto-reforma do regime é angustiante. Se aceitarmos as eleições de 1974 como o fato que impôs a sua deflagração, verificaremos que o processo de abertura já dura nove anos. E é angustiante não só pela sua exasperante lentidão mas pelo fato de termos consciência de que, se consumado o projeto do governo, esse processo não

desaguará numa verdadeira e estável democracia, pois terá sofrido restrições tais, que dificilmente alcançaremos real alternância de poder e reconhecimento da autonomia e livre representação política de todas as classes sociais.

Além dessa primeira, existem outras alternativas à pseudo-solução direitista para a crise econômica e para o impasse político. Uma delas aposta em que o impasse político conduzirá todos à mesa da negociação. Seus defensores esposam a tese de que a correlação de forças existente nos obriga a aceitar, ainda, a escolha do próximo Presidente da República segundo as regras da eleição indireta e postulam a necessidade de que o eleito seja um nome consensual, comprometido com a reforma da constituição e com um calendário de democratização do País.

A outra é aquela que implica na derrota do regime, mercê de uma ruptura que contraste forte pressão popular com a insistência do regime em manter estreitos os horizontes de ação política. Por esta hipótese, a eleição direta para Presidente seria convocada tão logo a ruptura se configurasse.

E uma quarta alternativa, presentemente em formulação, é a da busca do mais amplo entendimento nacional, defendida pelos que entendem ser viável e urgente, reunir em torno de um programa mínimo anti-crise, a oposição e setores do Governo, os Partidos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, a Igreja, a OAB, a ABI e demais associações representativas da sociedade civil.

Qual dessas alternativas acabará por se impor? Que grau de democratização terminaremos por atingir, que tipo de sociedade e de regime resultará dessa transição? Tudo isso depende da correlação de forças que se configurar. Depende, por exemplo, da disposição do empresariado em romper a camisa-de-força do corporativismo a que tão confortavelmente se deixou submeter nos anos inglorios do Milagre Brasileiro. Depende particularmente, da capacidade que as oposições demonstrarem para construir amplas alianças, agir unitariamente e trazer para o primeiro plano da política a participação popular.

Concordo que o avanço do processo de democratização reclama, neste momento, um esforço concentrado na busca de soluções para a crise, de acordo com os interesses da Nação. Concordo também que, pela responsabilidade de ter sido o desaguadouro da maioria dos votos em 1982, de ser o principal partido oposicionista e em função de seus profundos compromissos com o povo, o PMDB deva tomar a iniciativa desse entendimento. Concordo, por fim, com a tese de que a proposta de busca do entendimento nacional contra a crise, ao invés de representar uma atenuação, de fato constituirá um reforço da luta pelas eleições diretas e pela Assembléia Nacional Constituinte, nossa bandeira maior, que só sobrevive intata juntamente com a superação da crise e o avanço do processo de democratização do País. De todos os documentos e depoimentos de defensores da tese do entendimento nacional, o mais completo até o momento, no que diz respeito aos pontos de negociação, é o de autoria dos Deputados Federais Alberto Goldman (PMDB-SP) e Roberto Freire (PMDB-PE), que inclui pontos propostos, tanto pelo Governador Franco Montoro como pelo Senador Fernando Henrique Cardoso. Estes pontos configuram uma proposta anticrise que distribui o ônus da sua superação entre todos os segmentos sociais e que reconquista a soberania nacional sobre os rumos da nossa economia.

Contudo, na minha opinião, devem ser incluídos na própria pasta de negociação, além dos seis pontos econômicos, os quatro pontos políticos que têm sido reivindicados pela Nação. Com isso, configura-se um verdadeiro Decálogo da Democracia:

1 — rompimento com as condições impostas pelo FMI para o pagamento da dívida externa, com declaração de moratória seguida de rediscussão das condições;

2 — desatrelamento da dívida pública da correção cambial,

com ataque à especulação financeira e substancial redução das taxas de juros;

3 — defesa do poder aquisitivo dos assalariados, em particular dos que ganham até cinco salários mínimos;

4 — reaquecimento da economia com base nas atividades de maior alcance social e geradores de emprego, como por exemplo a saúde, a educação, a agricultura e a construção civil;

5 — estímulos à pequena e média empresa, geradores de sessenta e cinco por cento dos empregos nacionais;

6 — reforma tributária para fortalecimento dos Estados e municípios, e para redistribuição social da renda;

7 — eleições diretas para Presidente da República em 1984;

8 — que o próximo Congresso seja eleito com os poderes de uma Assembléia Nacional Constituinte;

9 — plena liberdade de organização, em especial a sindical e partidária, com o consequente reconhecimento da UNE, CUT, PCB e todas as demais correntes políticas, na condição de manifestações legítimas da vontade de parcelas da sociedade brasileira;

10 — extinção dos atos de exceção: LSN, Lei de Imprensa, Lei de Greve.

O entendimento nacional em torno destes pontos só será possível com o fortalecimento da frente democrática. E, neste ponto, chamamos atenção para a nossa principal debilidade. Refiro-me, à posição semipartidária a que a classe operária está relegada na luta política que hoje se desenrola no País. Seja em virtude dos efeitos desagregadores da crise econômica e do desemprego. Seja pelo recuo a que foi submetida pela repressão. Seja, enfim, pelas suas históricas fragilidades, o fato é que continua precário seu nível de organização e de consciência política. E se é verdade que o grau de democracia a alcançar será maior ou menor em função da intervenção ativa das classes subalternas e que, dificilmente as forças oposicionistas conseguirão dar uma resposta democrática à crise porque o País atravessa sem a classe operária na linha de frente da política, então, a emergência desta como interlocutora privilegiada e negociadora politicamente qualificada passa a ser pré-requisito do sucesso da transição.

Reafirmo, ao finalizar, minha disposição inicial: contribuir para a compreensão do momento político nacional e estadual, sabendo que este depende e contribui em muito para a conformação daquele. Registro meu inconformismo em ver setores do meu Partido, no Paraná, às voltas com o fisiologismo e ausentes do necessário debate político sobre a grave situação nacional. E para mudar esta situação de omissão para com a Nação, em nada contribui o PDS paranaense, ainda não refeito da catástrofe eleitoral de 1982, que, entre ficar anotando os números das placas dos carros oficiais em serviço nos finais de semana e solicitar infantilmente o "impeachment" do Governador, acabou por aderir à candidatura MALUF e com isso desaguar suas insatisfações nas rachaduras do Palácio do Planalto. Por outro lado, nós do PMDB ainda não nos inteiramos de que, queiramos ou não, somos Governo e que aos poucos assim vamos sendo vistos pelo povo. Fruto da sua composição, o PMDB vai acumulando erros e acertos na condução da política paranaense. Entre os acertos que a equipe de Governo do nosso companheiro José Richa logrou nos primeiros meses de mandato, destacamos: a implantação do clima de austeridade na gerência dos serviços públicos; o início da democratização das instituições oficiais, cujo evento mais marcante nestes cinco meses de governo foi sem dúvida a imperfeita mas concreta participação de pais, professores e alunos na escolha nas direções das escolas públicas; o aumento da eficácia dos serviços públicos, como bem exemplifica o surpreendente índice de noventa e quatro por cento de crianças vacinadas contra a paralisia infantil, em pleno estado de calamidade, em grande número de municípios atingidos pelas enchentes; o reajuste de trinta e cinco por cento nos

vencimentos dos servidores públicos estaduais acompanhado do compromisso real da semestralidade e do décimo-terceiro salário. Entre os equívocos que o PMDB cometeu nestes meses registramos dois: o episódio, largamente difundido, da averiguação das filiações petistas que, por mais que se esclareça, ficou e ficará na opinião pública como tendo sido uma tentativa de cerceamento ideológico; e a decisão, esta nem um pouco difundida, de se manter o comando político na vida pública paranaense. Aliás, este sim me parece ter sido o erro mais sério destes cinco meses. Ao decidir que os deputados "fazem política", logo devem ter o poder de indicar os cargos de direção do Estado", o PMDB marginalizou os vereadores, prefeitos, bem como tachou de tecnocratas os companheiros secretários de Estado e presidentes de Fundações e Empresas Públicas, alienando-os, como se isso fosse possível na condição de agentes executivos com responsabilidades políticas. Fui voz destoante nas reuniões de bancada que trataram do assunto. Minoria esmagada, silencie-me em respeito às normas tácitas de disciplina partidária. Não compactuei com o que considere na época, uma decisão destinada a manter a prática odiosa do comando político travestido de uma roupagem mais moderna, mas nem por isto menos clientelista. Hoje, quando o clientelismo ameaça tomar conta de boa parte das atividades dos deputados do PMDB, e o próprio Partido, enquanto comando e estrutura regional, imobilizou-se em torno da tentativa de arbitrar as disputas fisiológicas entre deputados, em detrimento das suas finalidades de estudo, análise, educação e organização do povo, não é mais dado o direito de calar. Este foi na verdade o grande equívoco que nós do PMDB cometemos durante o primeiro semestre de 1983. E se até o momento as consequências deste equívoco não chegaram a comprometer seriamente o Governo do nosso companheiro JOSÉ RICHÁ isto se deve, por um lado, à capacidade do nosso Governador em estruturar e manter uma equipe de trabalho representativa da ampla frente democrática que o elegeu, e por outro lado, à capacidade de entendimento e firmeza de luta das bases políticas do PMDB que, enraizada na sociedade paranaense, têm refutado todas as tentativas de desestabilização do Governo que os setores conservadores vêm tentando.

Diante deste quadro assumo minha parcela de responsabilidade e renovo minha vontade e disposição de contribuir para mudar tal situação. Para tanto, proponho as seguintes providências:

1 — imediata rediscussão dos critérios de indicação dos cargos políticos na estrutura do Governo do Estado com o fim do clientelismo e nova e autêntica forma de participação dos deputados e do partido no processo. Esta não é uma tarefa fácil. Até agora o PMDB tem sido, basicamente o desafio de se transformar em Partido de Governo. E, se servem para alguma coisa, as experiências anteriores da antiga ARENA e do PDS, Partidos do Governo, hoje não representativo de nenhum setor social e sim somente da superestrutura de poder, indicam que não basta ocupar a máquina governamental para se tornar um efetivo partido de governo, ao contrário, o PMDB deve, como força aglutinadora e representativa das classes sociais paranaenses, recusar tanto o fisiologismo como o doutrinário, e entender que só solidificará uma alternativa global de poder ao regime existente se se provar capaz de oferecer e implementar soluções aos problemas concretos colocados no cotidiano de uma gestão democrática;

2 — imediata abertura do debate em torno da situação política estadual e nacional, e que este se dê de tal forma que não se restrinja às cúpulas do Partido mas propicie a participação das suas bases;

3 — preparação da Convenção Regional de novembro, de tal forma que venha a ter como ponto alto a unidade de todas as lideranças e correntes políticas do PMDB. Não devemos permitir que o fisiologismo e o oportunismo se aproveitem do descontentamento

gerado pela grave crise econômica e social e acentuado na constituição dos governos municipais e estadual, também existente nos quadros internos do Partido, e imprimem sua política divisionista e sectária. Vamos à Convenção de novembro com uma plataforma unitária e uma chapa de luta. Só assim chegaremos a ter um PMDB regional em condições de cumprir suas duas funções principais: a de fiscalizar os governantes do próprio partido, no sentido de que não se frustem as justas expectativas de mudança despertadas socialmente e de ser o veículo permanente das aspirações e críticas da população. Só assim a ampla frente pela democracia em que se constitui o PMDB cumprirá seu destino que é verdadeiramente o de ser o partido da transição;

4 — imediata articulação com as forças políticas regionais e nacionais, partidárias e não partidárias, com vista a discutir o momento político nacional e com vista a formação de um novo pacto social e político que dê suporte à medidas anti-crise econômicas que configure como sendo de transição este final do governo Figueiredo. Não nos iludamos: em política não existe espaço vazio. A iniciativa de entendimento deve ser assumida pelas forças políticas mais responsáveis. A formação de um novo pacto político e social se realizará porque o País não vai permanecer nessa instabilidade política e econômica que se encontra. Não se trata absolutamente de aderir ao governo, mas sim de tomar a dianteira na negociação, propondo pontos e cronogramas para garantir que não ocorra um acordo entre os setores mais conservadores da sociedade, em benefício de seus interesses, e excluindo outras camadas sociais, principalmente as grandes massas urbanas e rurais, que seriam mais penalizadas do que já vem sendo.

Não desconhecemos o fato de que várias correntes políticas enxergam na alternativa de mais amplo entendimento nacional que acabamos de esboçar, tão somente a "conciliação pelo alto", que excluirá os "de baixo", deduzindo a partir daí que a nossa tarefa primordial é a de denúncia e resistência.

É evidente que esse fim é um perigo sempre presente na história brasileira. Mas, até onde podemos perceber, aqueles que centram na denúncia dessa possibilidade, sua tática condenam-se irremediavelmente a uma postura passiva. Em primeiro lugar, porque dá como inexorável algo que ainda está por ser feito. Em segundo, porque da constatação de que está em curso um processo de conciliação entre os "de cima" às custas dos trabalhadores não deriva, a rigor, política alguma, a não ser o "jus spernandi", que é, afinal, no que se reduz, nessa altura histórica, a idéia da "resistência democrática". Em terceiro lugar, porque essa ausência de política, pretextando defender os trabalhadores, subestima claramente o potencial de luta destes e a possibilidade das suas representações políticas assumirem no processo o papel de vanguarda na frente democrática.

Através desta mensagem quero patentear minha preocupação com momento político que vivemos e oferecer propostas concretas para que a Nação saia da crise pela via democrática. Esta não é uma tarefa de um grupo ou apenas de uma facção política, nem mesmo de um único partido político. É, na verdade, tarefa de uma frente ampla que deve congrega milhões de brasileiros. A crise econômica e o impasse político são desafios nacionais, e portanto, como nação precisamos enfrentá-las.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Concedo um aparte ao nobre Líder, Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Primeiramente, quero congratular-me com a posição muito clara com que Vossa Excelência analisa o momento político paranaense e brasileiro.

Com referência à tese do entendimento nacional eu acredito ter sido uma constante para o PMDB, a busca incessante deste entendimento, porque, a grande tese do PMDB, foi, real-

mente, a Assembléia Constituinte, e a Assembléia pressupõe, evidentemente, o grande ajuste entre todas as forças vivas da Nação, para uma nova ordem social, política e econômica. Então, a grande tese do PMDB sempre foi, realmente, o entendimento nacional.

Ocorre que, as dificuldades de se encontrar, ou de se objetivar esse entendimento, partem exatamente, da negativa do Governo em não credenciar nenhuma força política sua, não identificar, perante à Nação, nenhum setor do Governo encarregado de fazer o encaminhamento, de processar um possível encaminhamento desse entendimento. O Sr. Presidente da República, é verdade, esboçou e fez o gesto da mão estendida, mas, não objetivou nenhuma proposta e não concretizou esta intenção, na delegação de um setor, de uma autoridade governamental encarregada de buscar este entendimento. Parece-me que, realmente, todas as Oposições buscam este entendimento, mas ele dificilmente será encontrado, se quem estiver no Poder não tomar concreta e, efetivamente, a iniciativa de um programa básico, para chegarmos a esse entendimento. Por isto, acredito que, na verdade, as Oposições têm demonstrado sobejamente que buscam e querem um entendimento, porque analisam a gravidade do momento atual que nós vivemos, mas lamentavelmente, só chegaremos a concretizar esse entendimento, a partir do instante que o Governo objetivamente demonstre essa intenção que, até hoje, está muito vaga.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Concrdo com a exposição do nobre Líder Nilso Sguarezi, e, de fato, o grande entrave que se vem encontrando em âmbito nacional, da proposta do entendimento, isto não é de hoje, é da total ausência de interlocutores credenciados para discutir concretamente as propostas que as Oposições vêm apresentando. Tenho certeza que o processo de agravamento da crise econômica e do impasse político que se instala, e isto é mais recente, está por obrigar a que as Lideranças mais responsáveis da área do Governo venham a pressionar a própria estrutura do Poder, no sentido de que se abram os canais de entendimento, mas, jamais com o intuito que se teve, em épocas anteriores do famoso gesto da mão estendida em que, nada de concreto era apresentado, mas, simplesmente, uma atitude demagógica.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre Deputado, para concluir, então, a minha participação ao brilhante discurso de Vossa Excelência — ironicamente, parece-nos que esse entendimento, há uma pré-determinação do Governo, de impedir, porque, veja Vossa Excelência, mesmo dentro dos parâmetros traçados pelo modelo político e econômico de pós 64, e em determinadas épocas até, setores da elite nacional eram consultados para determinadas medidas do Governo, mas hoje, sob o aspecto principalmente econômico quando a crise está tão aguçada, nós vemos de que nunca foi tão exasperado o comportamento autoritário do Governo, como é agora.

O SR. MÁCIO ALMEIDA — O debate de ontem à noite na televisão, da representante dos Banqueiros, da Federação dos Bancos e da Federação das Indústrias, comprovou outra vez.

O Sr. Nilso Sguarezi — E no domingo retrasado, entre a grande Economista Maria da Conceição Tavares, e o ex-Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, e de Dilson Funar, ex-representante da FIESPE, ficou muito claro esse aspecto, de que, hoje, há um AI-5 sobre os aspectos econômicos, eis que o Governo realmente está fechado, imune a qualquer tipo de participação ou de audiência aos setores econômicos da Nação. Então, na realidade, a partir desse instante, o entendimento fica muito difícil. Quer dizer: já no aspecto, no plano político não há ninguém do Governo encarregado de confabular, de acertar com a Oposição, e no aspecto econômico então, a sociedade inteira não é ouvida.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento).

Quero cumprimentá-lo, Deputado Márcio Almeida, pelas suas colocações, pelo pronunciamento profundo, de muito equilíbrio de ponderação nacional, que o momento exige, porque, a saída para esse impasse social e econômico é a saída política, realmente não existe outra, e é um momento explosivo que nós vivemos, prestes a enfrentarmos uma convulsão social neste País em função da tutela do FMI, do achatamento salarial imposto pelo FMI, a destruição da força de trabalho nacional.

Agora, o próprio povo numa pesquisa à "Folha de São Paulo" dizia que não acreditava que o Governo pudesse breca a inflação. Agora, o que nos assusta dentro desse quadro, Deputado Márcio Almeida, é que o Presidente foi a Cleveland, colocou duas pontes de safena, e já está em forma. Tanto está em forma que ele diz que está com vontade de bater em alguém. Agora, quando nós falamos em conciliação, em diálogo, em sentar à mesa, todos os segmentos sociais, a gente olha o Presidente da República com o seu desabafo, dizendo que já está pronto para bater em alguém. Agora, bater em quem? Pois, a gente fica preocupado porque o povo já está apanhando faz tempo, o trabalhador está apanhando faz tempo, a não ser que ele queira bater nos homens do FMI, ou quem sabe, nos seus Ministros da área econômica. Eu espero que realmente ele tenha se dirigido nesse sentido. Tem que bater no Delfin, no Galveas, no Langoni, nos homens do FMI, romper esse contrato imoral com o FMI, essa Carta de Intenções. O FMI está, inclusive, pregando o controle da natalidade, está se imiscuindo até no ventre das nossas mulheres.

É para isso que o Presidente tem que voltar, com duas pontes de safena, atlético como é, bom de briga. Então que vá brigar com os homens do FMI, com os seus homens do Ministério econômico.

É o que nós esperamos do Presidente e mais uma vez parabéns pelas suas colocações.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário. — (Declina).

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu horário. (Declina).

Encerrada a HORA DO EXPEDIENTE, passaremos à ORDEM DO DIA:

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Staniszewski, ocorrido no dia 28 de julho do corrente ano, no Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Staniszewski, ocorrido no dia 28 de julho do corrente ano, no Município de Campo Mourão. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Castilho, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamen-

to Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Luiz Meneghel, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, no Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Meneghel, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, no Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do trecho da BR-461, que liga o Município de Flórida ao Distrito de Ângulo, no Município de Iguaraçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Secretário das Finanças e Presidente do Banestado, visando a instalação de um "Posto de Serviços" daquele estabelecimento de crédito no Lar Paraná, Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de ensino de segundo grau, no Distrito de Paraná D'Oeste, Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacii, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Comendador Luiz Meneghel, ocorrido no dia 31 de julho do corrente ano, no Município de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiati, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 91/83. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial de cinco (05) membros, visando acompanhar os problemas e apresentar soluções pertinentes às enchentes que assolaram o nosso Estado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Squarezzi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Câmara Federal e ao Senado Federal, bem como a todas as Lideranças Partidárias do Congresso Nacional, visando promoção da criação de um projeto de lei, instituindo um prêmio da Loteria Esportiva e da Loto, para compor o quadro de auxílio aos flagelados do Sul, com cópias ao Sr. Presidente da República, Conselho de Segurança Nacional, além dos Srs. Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e respectivos Líderes das Assembléias Legislativas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, constante do expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo de Sua Excelência, Reverendíssima Dom Pedro Fedalto, Arcebispo de Curitiba, intitulado "Colocar-se ao lado dos pobres é ser comunista?", publicado no jornal "Gazeta do Povo", em 17 de julho do corrente ano. — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata). — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra com satisfação a presença em plenário do Presidente da Câmara de Joaquim Távora, Sr. Vereador Osemino Sanches.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

Sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 13/83 e 51/83.

Levanta-se a sessão.

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovada a requerimento do Sr. Deputado Roberto Requião, em sessão do dia 01 de agosto de 1983.

COLOCAR-SE AO LADO DOS POBRES É SER COMUNISTA?

Dom Pedro Fedalto Arcebispo de Curitiba

A pergunta honesta e objetiva que faço hoje é esta: colocar-se ao lado dos pobres é ser comunista?

É evidente que a resposta correta é esta: colocar-se ao lado dos pobres não é ser comunista. Se colocar-se ao lado dos pobres é ser comunista. Cristo também é comunista, porque se colocou ao lado dos pobres. É só ler atentamente o Evangelho; ler de maneira objetiva e sem preconceitos, os discursos do papa João Paulo II, de modo especial, em suas viagens à América Latina e o documento de Puebla.

Em Curitiba, está circulando uma carta anônima atribuída a um sacerdote idoso que trabalha na Cúria Metropolitana. A carta traz o carimbo do Tribunal Eclesiástico e, no remetente, um carimbo impresso com o endereço, da Cúria Metropolitana e o número do telefone do Regional Sul II, que funciona em outro lugar.

A carta preocupa-se com os padres, marxistas: padre Adalberto Fávero, C.M., vigário de São Vicente de Paulo e Coordenador da Ação Social do Paraná; padre José Ten Cate, S. J. do Paraná, padre Adilson Queiroz, da Pastoral das Favelas e de outros nomes, entre eles de leigos que trabalham nas diversas pastorais da Arquidiocese.

A carta é anônima. Pouco valor têm os escritos anônimos. Toda a vez que recebo uma carta anônima, nem perco tempo de ler, imediatamente, eu a jogo fora. Quem não tem coragem de assinar seu nome não merece consideração.

A carta não é de um sacerdote idoso. É falsa esta atribuição que sou capaz de identificar qual seja o sacerdote idoso que trabalha na Cúria e tenha escrito tal carta.

A carta diz que é um sacerdote preocupado com o avanço da linha marxista na Igreja. Se o autor da carta fosse um sacerdote não precisaria esconder-se, debaixo do anonimato.

Porque esta carta não foi mandada aos bispos? Por que só determinadas pessoas estão recebendo esta carta? Não é para criar confusão?

Repudio tal carta e me solidarizo com todos os que foram atingidos. Devo ser coerente. Se realmente são comunistas, não podem atuar nas pastorais da Arquidiocese da Igreja.

Se aceitarmos, que são comunistas os que se preocupam com os problemas sociais, o papa João Paulo II pode ser incluído entre os que pregam a justiça e denunciam as injustiças.

Apelo para que o autor ou autores da carta, pois creio que não seja um só, estudem com mais profundidade as Encíclicas, as Exortações Apostólicas, os documentos e as mensagens do João Paulo II e vejam o que nos ensinam.

Já que há uma preocupação com o Marxismo, é preciso que se faça um estudo mais aprofundado sobre "marxismo e cristianismo".

A Igreja Católica sempre será contra o comunismo. Em hipótese alguma, poderá concordar com o Marxismo ateu que nega Deus, dificulta e impede mesmo a difusão do Cristianismo, a liberdade religiosa e, persegue os que de modo público, seguem a Religião Católica.

Ao mesmo tempo, a Igreja Católica condena o Capitalismo liberal, selvagem que esmaga e oprime o homem, porque "considera o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção, como direito absoluto, sem limites nem obrigações sociais correspondentes"

(Encíclica *Populorum Progressio* n.º 26, de Paulo VI, 26 de março de 1967).

A posição correta é a que nos ensina a Doutrina Social da Igreja. Em primeiro lugar e no centro de tudo, deve estar o homem. A primazia cabe ao homem e não ao capital e ao lucro. O capital e o lucro devem estar a serviço do homem e não o homem ser o instrumento para o aumento do capital e do lucro. É evidente que o capital e o lucro são devidos ao trabalho do homem, que deve ser beneficiado e promovido como participante dos bens e das riquezas partilhadas entre todos e não ficando, apenas nas mãos de poucos.

O papa João Paulo II, em seus discursos, faz questão de salientar que o compromisso com os mais pobres deve ser como o de Cristo, que veio para evangelizar os pobres para proclamar a remissão aos presos, para restituir a liberdade aos oprimidos (Lc. 4.18-21).

Puebla diz que "o melhor serviço do irmão ao pobre é a evangelização que o dispõe a realizar-se, como filho de Deus, que o liberta das injustiças e o promove integralmente" (Puebla, n.º 1.145).

O documento conciliar sobre o Apostolado dos Leigos "Apostolicam Actuositatem", diz claramente que se de "ver no próximo a imagem de Deus, segundo o qual foi criado, e o Cristo Senhor, a quem na realidade se oferece o que é dado ao pobre. Respeite-se com a maior delicadeza a liberdade e a dignidade da pessoa humana que recebe o auxílio. Não se busque nenhuma vantagem pessoal ou desejo de dominar. Satisfazam-se em primeiro lugar as exigências da justiça para que não se dê como caridade o que é devido como justiça. Eliminam-se as causas dos males e não os efeitos.

Seja organizada de tal modo a ajuda que os que recebem se libertem progressivamente da dependência externa e se bastem a si mesmos, tornando-se auto-suficientes" (A.A. n.º 8).

De outro lado, é preciso precaver-se para não cair nas ciladas daqueles que não querem a autêntica promoção dos pobres, pouco importa, se são da direita, do Capitalismo ou se são da esquerda, seguidores do Marxismo. Ninguém pode ser ingênuo e deixar-se envolver num ou noutro sistema político e econômico.

Deve haver uma pastoral articulada orgânica, onde todos são abertos e caminham juntos. Nada de programações paralelas, feitas às escondidas, veladas. Para isto, existe o Conselho Arquidiocesano de Pastoral, onde devem ser apresentados, debatidos e aprovados todos os planos de pastoral.

As áreas de pastoral devem caminhar em sintonia, dentro de uma unidade, respeitadas as diversidades existentes.

O diálogo deve existir no início da ação pastoral, a saber na reflexão, nas decisões, na ação e na avaliação e não apenas, nos efeitos, nos momentos conflituais, quando, às vezes, ou mais vezes, não há conhecimento objetivo, claro de tudo o que aconteceu anteriormente.

O diálogo não é feito apenas para se ter razão, mas para se ver onde está a razão.

Por sua vez, os pobres reconheçam que também têm deveres.

Ouçõ frequentemente dizer-se que "agora, só os ricos, os empresários, os detentores do poder estão errados, são injustos, culpados, com todos os deveres. Por que a Igreja não recomenda aos operários que trabalhem com mais dedicação, que produzam mais, que sejam mais amigos de seus patrões?"

Escuto então a resposta dos operários: "Trabalhar mais por um salário injusto, insuficiente, para aumentar o capital da empresa, não convence ao trabalhador".

O que fazer para superar as dificuldades, os conflitos existentes?

João Paulo II, na Encíclica "Laborem Exercens", fala sobre o justo significado do progresso, dizendo: "O homem vale mais por

aquilo que é do que aquilo que tem. Do mesmo modo, tudo que o homem faz para conseguir mais justiça, uma fraternidade mais difundida, uma ordem mais humana nas relações sociais, excede em valor os progressos técnicos. Tais progressos podem proporcionar a base material, para a promoção humana, mas, por si, sós, de modo nenhum são capazes de a realizar. A doutrina sobre o problema do progresso e do desenvolvimento, tema tão dominante na mentalidade contemporânea, poderá ser atendida somente como fruto de uma espiritualidade do trabalho. Somente sobre a base de uma tal espiritualidade é que se lançam as raízes no Evangelho do Trabalho" (Encíclica *Laborem Exercens*, n.º 26);

Ato da Comissão Executiva:

Decretos Legislativos:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

DECRETO LEGISLATIVO Nº 301/83

I — exonerar JOSÉ ROBERTO ROCCON, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, ficando revogado o Decreto Legislativo n.º 102/83, que autorizou o mesmo a prestar serviço extraordinário, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos;

II — prover JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado do Deputado Orlando Pessuti; e,

III — autorizar o mesmo a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos. (Protoc. 4818/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de maio de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

GRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 309/83

autorizar AYRTON FERREIRA PRECOMA, funcionário do Tribunal de Justiça, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 24 de maio a 31 de dezembro de 1983, junto ao Gabinete da 2ª Vice-Presidência, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 210/83. (Protoc. 4716/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de junho de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 311/83

autorizar SERVULO BATISTA DA CRUZ, funcionário da Secretaria da Saúde, ora à disposição deste poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 1.º a 30 de junho de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 210/83.

(Protoc. 5024/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de junho de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 312/83

suplementar os créditos da "ADMINISTRAÇÃO DA ALEP", constantes do Art. 3º, do Decreto Legislativo nº 112/83, alíneas "L", nas seguintes rubricas de despesas:

01 — Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens	1.500.000
02 — Passagens e Transportes de Pessoal	1.200.000
03 — Serviço de Alimentação	800.000
	<u>3.500.000</u>

(Três milhões e quinhentos mil cruzeiros)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28/06/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GER. ITE KIRINUS — 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 313/83

autorizar ANTUN LUIZ ANTUN, funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério, no período compreendido entre 06 de junho a 31 de dezembro de 1983, respeitando-se o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo nº 210/83. (Protoc. 5121/83)

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30/06/83.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

Portarias:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SERGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 5526/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de junho de 1983.

(aa) CLÓVIS STADLER DE SOUSA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 453/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período conforme especifica:

ODIR GOMES DA ROCHA — Mat. 318 — 2 meses 1982
MARIA LEONILDA ROCHA ZANETTI — Mat. 427 - 2 meses 1983
(Protoc. 5448 e 5596/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de junho de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUSA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 454/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária JACYRA MACHADO BINI, matrícula nº 208, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 5536/83)

PORTARIA Nº 455/83

conceder ao funcionário CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula nº 489, ocupante do cargo de Consultor Administrativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quatro (04) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 14 de junho de 1983. (Protoc. 5586/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 20 de junho de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUSA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 456/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário ALBINO DE BRITO FREIRE, matrícula nº 055, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 5771/83)

PORTARIA Nº 457/83

conceder ao funcionário RUBENS DAMAS, matrícula nº 371, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 20 de junho de 1983. (Protoc. 5681/83)

PORTARIA Nº 458/83

conceder ao funcionário JOSÉ DA TRINDADE, matrícula nº 503, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de junho de 1983, em prorrogação. (Protoc. 5688/83)

PORTARIA Nº 459/83

conceder ao funcionário DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula nº 063, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, cinco (05) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 20 de junho de 1983. (Protoc. 5869/83)

PORTARIA Nº 460/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária CLEMETILDE DELFINA BORTOLON, matrícula nº 387, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 5519/83)

PORTARIA Nº 461/83

conceder à funcionária DIVA DO VALE CAVALCANTI, matrícula nº 240, ocupante do cargo de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, sessenta (60) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 18 de junho de 1983. (Protoc. 5895/83)

PORTARIA Nº 462/83

conceder à funcionária NEUSA OLÍVIA MELARA, matrícula nº 344, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 1º de julho de 1983. (Protoc. 5820/83)

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de junho de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUSA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 463/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, ao funcionário JOSÉ ESTEFANO

BRITO WITOSLAWSKI, matrícula nº 518, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia. (Protoc. 5957/83)

PORTARIA Nº 464/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor dos funcionários abaixo relacionados todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o período das férias conforme especifica:

JOSÉ OLÍMPIO SOTTO MAIOR MACEDO

Mat. 419 2 meses 1982

ALMIR SANTOS - Mat. 059 4 meses 1981 e 1982

LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA 2 meses 1982

JONAS DE SOUZA PORTO - Mat. 514 2 meses 1982

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de junho de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 465/83

fazer cumprir expressamente o Decreto Legislativo nº 598/77, reajustando o partir de 1º de junho de 1983, os valores das diárias para ressarcimento de despesas de viagens constantes dos anexos I e II, do mesmo Decreto, conforme tabelas abaixo:

TABELA I - Valores Cr\$ 1.00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	Fora do Estado e Foz do Iguaçu
Motoristas de Gabinete e Assistência Social	5.400,00	9.800,00
Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração	5.400,00	9.800,00
Grupo Ocupacional de Assessoramento e Ativ. Superiores	6.900,00	13.300,00

TABELA II - Valores Cr\$ 1.00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	Fora do Estado e Foz do Iguaçu
Demais cargos de Provimento em Comissão e DAS-5	6.900,00	13.300,00
DAS-2, DAS-3 e DAS-4	8.400,00	16.500,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de junho de 1983.

(a) CLOVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 466/83

designar os funcionários ALBINO DE BRITO FREIRE, ZELMA LOPES WOJCIK, VERA LÚCIA DOS SANTOS RODRIGUES e LUIZ CARLOS MOLINARI, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para ministrarem curso de Datilografia e aulas de Português, aos funcionários contratados deste Poder.

PORTARIA Nº 467/83

designar os funcionários abaixo relacionados, para prestarem serviços no Forum de Debates, sem prejuízo das demais funções:

Assessoria Geral: RUTH DE CAMILLO RUSSI

Pessoal: ALAN MARCOS ANDRADE - Assistente

JOANA MACIEL FARIAS - Auxiliar

Datilógrafo: LINDAMIR ACOSTA DA SILVA

Publicação: MANRIQUE GÂNDARA FILHO - Encarregado

CARLOS ALBERTO MAINGUÊ - Assistente

Estudos e Projeto: MÁRIO RAUER BACELLAR FILHO

Execução e Projetos: JOÃO CAXIAS URBAN

PORTARIA Nº 468/83

I - Constituir Comissão Especial para a organização de Mesa Redonda sobre o Legislativo e a Redemocratização, a ser realizada por esta Assembléia Legislativa durante o próximo dia 11 de julho de 1983;

II - Designar os seguintes funcionários para compor a Comissão: Presidente, o Diretor Geral; Coordenador, Rafael de Lala Sobrinho; Executor, Gilberto Daros; Membros: Edouard Elias Thomé, Luiz Fernando Tatará Ribas e Albino de Brito Freire;

III - Prestarão ainda serviços à Comissão, na medida do necessário, os funcionários designados para atuar na Coordenadoria da Comissão Especial do Programa "Forum de Debates".

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de junho de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA Nº 469/83

designar MARILENE DO RÓCIO RIBEIRO BATISTA, funcionária contratada deste Poder, pela Resolução nº 71/80, para prestar serviços como Datilógrafa, junto ao Gabinete do Deputado Nestor Baptista, a partir de 1º de julho de 1983.

(Protoc. 6054/83)

PORTARIA Nº 470/83

designar JOSÉ ELIAS MARTINS, matrícula nº 394, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Hermas Brandão.

(Protoc. 5435/83)

PORTARIA Nº 471/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula nº 025, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar. (Protoc. 6102/83)

PORTARIA Nº 472/83

I - mandar incorporar para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ESVERBEN GUIMARÃES PLAISANT, matrícula nº 025, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial, a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3º quinquênio, compreendido entre 1º de dezembro de 1972 e igual data de 1977; e,

II - mandar incorporar, nos termos da mesma fundamentação para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 1º de dezembro de 1977 e igual data de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao seu 3º quinquênio,

supra, e das férias de 1965, 1972 e 1973, contadas em dobro.
(Protoc. 6142/83)

PORTARIA Nº 473/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula 092, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 6123/83)

PORTARIA Nº 474/83

conceder ao funcionário JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula nº 392, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, onze (11) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 21 de junho de 1983.

(Protoc. 6154/83)

PORTARIA Nº 475/83

conceder à funcionária LINDAMIR GONÇALVES BORGONOVO, matrícula nº 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 1º de julho de 1983, em prorrogação.

(Protoc. 6153/83)

PORTARIA Nº 476/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANNA CHRISTINA SOUZA, matrícula nº 553, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 4º quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1976 e 07 de janeiro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao 3º quinquênio e das férias de 1969, 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 5626/83)

PORTARIA Nº 477/83

conceder ao funcionário DARIO FORTUNATO DARIF, matrícula nº 063, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 26 de junho de 1983.

(Protoc. 6064/83)

PORTARIA Nº 478/83

autorizar os funcionários WILFRIED KOESTER, CARLOS FORNAROLLI, ADEMIR BORCK, e JOSÉ ALMIR DA LUZ, todos contratados deste Poder, a prestarem quarenta (40) horas extras mensais, a partir de 1º de julho de 1983.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04 de julho de 1983.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA
Diretor Geral

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de junho de hum mil novecentos e oitenta e três, às 17:30 horas, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel, os Senhores Deputados Gabriel Manoel, Edgard Pimentel e Nelson Vasconcellos, membros efetivos da Comissão de Recursos Humanos. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada mais constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Deputado NELSON VASCONCELLOS, o seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 44/83, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, que visa "vedar qualquer desconto em folhas de pagamento de Servidores Públicos do Estado, sem prévia comprovação do C.G.C. ou C.P.F., do favorecido e dá outras providências. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos, tendo sido lavrada a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta e um dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal a Senhora Presidenta declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado GILBERTO CARVALHO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 04/82, de autoria do Senhor Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Centro Social Infantil Maria José Coutinho de Camargo, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 104/82, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública a Associação das Senhoras de Rotarianos de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidenta encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidenta, e por mim, Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA — Presidente
Lélío G. Sotomaior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos oito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA. Constatado o quorum legal a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 07/83, de autoria do Senhor Deputado

Augusto Carneiro, que aumenta o número de Vereadores da Câmara Municipal de Campo Mourão, conforme especifica. PROJETO DE LEI Nº 16/83, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Augusta e Respeitável Loja Simbólica Apóstolo da Caridade II, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 17/83, de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos da Vila Maria, com sede e foro nesta Capital. PROJETO DE LEI Nº 20/83, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, que declara de utilidade pública a AMPI de Cascavel. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/83, que determina a Comissão de Constituição e Justiça, que determina o arquivamento de Proposições apresentadas na legislatura anterior, e que não tenham atingido a fase de votação pelo Plenário. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA – Presidenta

Lélío G. Sotto Maior – Secretário

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de junho de mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Saúde Pública, na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa do Estado, ordinariamente, para discutir assuntos ligados à saúde pública do Estado. Sob a Presidência do Senhor Deputado Nelson Guimarães Vasconcellos, e com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Márcio Aósé de Almeida, Orlando Pessuti, Basílio Zanusso e Tuguio Setogutte. Com a presença de número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da Comissão, passando em seguida, a palavra ao Senhor Deputado Márcio José de Almeida, que abordou sobre o problema do financiamento relativo à Previdência Social de modo Geral. O Senhor Deputado Orlando Pessuti usando da palavra disse que, os Prefeitos Municipais não sabem como aplicar recursos do município, relativamente à Saúde Pública. Em seguida o Senhor Presidente passou às mãos do Senhor Deputado Tuguio Setogutte o documento enviado pelos profissionais de Saúde Pública do Paraná, o qual teceu considerações sobre o mesmo. O Senhor Presidente solicita a que se conste em ata o seguinte Parecer: Parecer nº 01/83 – A Comissão de Saúde Pública da Assembléia, Legislativa do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando: 1 - seu papel de contribuir para que o Governo do Paraná realize uma eficiente gestão no setor de saúde; 2 - as recomendações da OMS e do Ministério da Saúde no tocante à organização, planejamento e administração de serviços de saúde; 3 - o debate ocorrido na reunião extraordinária da Comissão, realizada em 07/06/83, da qual participaram o Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social e representantes da Associação de Profissionais de Saúde Pública do Paraná, da Associação dos Profissionais Enfermeiros do Paraná, da Associação dos Profissionais Nutricionistas do Paraná, da Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Paraná, da Associação dos Farmacêuticos do Paraná e da Sociedade Paranaense de Sociologia; delibera recomendar que os critérios para ocupação dos cargos de Chefia dos Distritos Sanitários e dos Centros de Saúde tipo 2 priorizem, com as mesmas condições de igualdade, os profissionais médicos e os profissionais sanitaristas. A Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, ressalta ainda a importância de serem cumpridos no exercício destas funções, os requisitos de tempo integral e conhecimento dos problemas, e das técnicas de saúde pública. Usando da palavra mais uma

vez, o Senhor Deputado Márcio José de Almeida sugeriu à Comissão que se fizesse convites às pessoas diretamente ligadas à Saúde Pública, de modo geral, tais como Chefes de Distritos Sanitários e outros, e sugere também, para que se faça, no Poder Legislativo, um Simpósio ou Fórum de Debates. Encerrando suas palavras, solicita da Secretária da Comissão que organize um fichário, com os nomes das entidades ligadas à Saúde, seus Presidentes e endereços. Intervindo mais uma vez, o Senhor Deputado Tuguio Setogutte solicita a divulgação da Comissão de Saúde, sem a qual os Senhores componentes da mesma não terão condições de tocá-la, e reafirma o comparecimento às reuniões de pessoas diretamente ligadas à Saúde Pública. E finalizando os debates, o Senhor Deputado Orlando Pessuti, abordou a situação dos matadouros donde a comissão deveria discutir. Também sobre a inspeção de animais. Aproveitando solicitou que se fizesse um convite ao pessoal ligado à Secretaria de Estado da Agricultura e da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social. O Senhor Presidente antes de encerrar os trabalhos da Comissão, disse que já participou de uma Comissão na Secretaria da Agricultura que dizia respeito ao abate de animais nos matadouros de nosso Estado e anuncia que a reunião da Política que tratará da Saúde Pública, será marcada para julho, do corrente ano. Termina agradecendo a presença dos Senhores Deputados, membros da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião, da qual eu, Iolanda Guimarães Melo de Castro, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, é por mim e pelo Senhor Presidente, assinada, e para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1983.

(aa) NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS - Presidente
Iolanda Guimarães Melo de Castro – Secretária

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA – 10ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos, logo após Sessão Plenária, na Sala de Reuniões das Comissões deste Poder Legislativo, compareceu o Senhor Deputado Péricles Pacheco da Silva, Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, conforme Convocação Extraordinária para reunião da referida Comissão. Pelo não comparecimento da totalidade dos seus membros e não havendo número legal, o Senhor Presidente deixou de abrir os trabalhos, determinando-me a lavrar-se o presente Termo de Ata e nova Convocação Extraordinária, para dia a ser estabelecido após o atual período de recesso legislativo do mês de julho, tendo em vista assunto pendente nesta Comissão e já delineado em Convocação anterior. Nada mais havendo a tratar, lavrei este Termo de Ata, que após lido e achado conforme, será assinado pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, a fim de que produza os efeitos legais.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1983.

(aa) PÉRICLES PACHECO DA SILVA – Presidente
Jayro Camargo – Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS

10ª LEGISLATURA – 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Deputado Ervin Bonkoski. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado o PROJETO DE

LEI Nº 14/83, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação ao Artigo 2º da Lei nº 7.700 de 05 de janeiro de 1983, que dispõe sobre a aplicação de benefícios previstos nas Leis nºs 7.434/80 e 7.637/82 (atribue gratificação que especifica, ao policial militar inativo). Relator Deputado Antônio Anibelli, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, do que para constar, eu, Nelson Salles lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 11 de maio de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

Nelson Sílvia Salles — Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Finanças sob a Presidência do Senhor Deputado Ervin Bonkoski. Presentes os Senhores Deputados Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Homero Oguido e Dirceu Manfrinato, havendo portanto número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº97/81, de autoria do ex-Deputado Lineu Turra, que altera o inciso II, artigo 60, da Lei Complementar nº 07/77, (Estatuto do Magistério). Relator Deputado Dirceu Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 05/83, de autoria do Poder Executivo, solicitando autorização para proceder revisão especial dos Proventos de Inatividade dos Funcionários Civis Aposentados, conforme especifica. Relator Deputado Ervin Bonkoski, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 12/83, de autoria do Deputado Fuad Nacli, estabelecendo redução sobre multas, juros e correção monetária, incidentes sobre contribuintes em atraso para o Instituto de Previdência do Estado (IPE), e Carteira de Pensão dos Serventuários da Justiça, (CPSJ). Relator Deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 24/83, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, estabelecendo critérios de semestralidade para o reajuste de taxas, referentes a serviços públicos estaduais, e dá outras providências. Relator Deputado Homero Oguido, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI Nº 25/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, autorizando o Poder Executivo transformar em Fundação Estadual a Fundação e Ensino Superior de Campo Mourão. Relator Deputado Dirceu Manfrinato, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/83, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, aprova termo aditivo ao convênio, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Londrina, visando o PROSA-FRA, exercício de 1982. Relator Deputado Ezequias Losso, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1983.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente

Nelson Sílvia Salles — Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Agricultura, com a presença dos Deputados Orlando Pessuti Presidente da Comissão e dos Senhores Deputados: Sabino Campos, Paulo Furiatti, Eduardo Baggio, Edgar Pimentel, Basílio Zanusso, Augusto Carneiro e de outros

Senhores Deputados, e como convidado o Senhor Secretário de Agricultura, Claus Magno Germer, contando ainda com a presença dos representantes da OCEPAR, da FETAEP, da FAEP e da Sociedade dos Médicos Veterinários. O Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos convidando o Senhor Secretário da Agricultura para fazer parte da mesa assim como os Senhores Deputados Sabino Campos e Basílio Zanusso. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Secretário de Agricultura, também aos Senhores Deputados Antônio Anibelli, Paulo Furiatti, Basílio Zanusso, Fiori Luiz, Edgar Pimentel e José Antônio Fonseca cujos pronunciamentos se encontram traduzidas em Notas Taquigráficas que passam a fazer parte integrante da presente Ata. O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Secretário de Agricultura Claus Magno Germer e dos demais convidados, e encerrou os trabalhos, os quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e por mim, Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 20 de maio de 1983.

(aa) ORLANDO PESSUTI — Presidente

Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, sob a Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, e, com a presença dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Sabino Campos, Mário Pereira, Edgar Pimentel, Basílio Zanusso, do Senhor João Paulo Koslovski da OCEPAR e do Senhor Odílio Ortigosa da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala de Reuniões, para tratar do grave problema da Eletrificação Rural em nosso Estado. O Senhor Presidente abriu a presente reunião convidando para, sentar-se à mesa dos trabalhos os Senhores Ivo Alceu, Odílio Ortigosa, os Senhores Deputados Paulo Furiatti e Edgar Pimentel. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Odílio Ortigosa dizendo que a situação em que se encontram as Cooperativas é alarmante. No Brasil o serviço de Energia Elétrica é um serviço monopolizado e, no Paraná é o Estado quem controla e Eletrificação Rural. Temos vinte e uma Cooperativas de Eletrificação Rural, sendo que duas a de Leônidas Marques e a de União da Vitória estacionaram e, as outras estão em operação. São mais de onze mil e quinhentos cooperados. O Senhor Deputado Mário Pereira pediu um aparte dizendo que a tarifa é economicamente variável às Cooperativas. Gostaria de saber quanto se cobra por quilowate das Cooperativas e, se o preço é mais baixo do que a COPEL vende. A situação é grave e tende muito mais a se agravar. Dentro do programa de governo do PMDB, o acesso dentro do programa de Eletrificação Rural foi feito por nosso intermédio numa mesa redonda com o Secretário do Interior Nelson Friedrich. Pediu um aparte o Senhor Odílio dizendo que foi entregue um documento com subsídios aos Secretários de Agricultura, do Interior e, ao Presidente da COPEL e, é a cópia desse documento que passo agora às mãos dos Senhores Deputados para que vejam a grave situação em que estão quase oitenta mil paranaenses. Pediu um aparte o Senhor Deputado Mário Pereira dizendo se as propostas das Cooperativas foi aprovada pela COPEL e, se a própria COPEL já se pronunciou a respeito. Também peço explicações sobre o programa a ser entregue a COPEL e, se foram já analisadas. Quero dizer também que pela primeira vez é que podemos nos reunir em uma mesa de debates para falarmos em Eletrificação Rural e, isso é fundamental. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sabino Campos, dizendo que o pior problema do custo da Eletrificação Rural em nosso Estado é que a COPEL exige que os postes sejam de cimento e não de madeira, que ficariam muito mais baratos. O Senhor Presidente

concedeu a palavra ao Senhor Ivo Alceu, para a apresentação de um Painei de Redução de Custos e de como os agricultores poderiam fazer para resolverem esse grave problema. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Odílio Ortigosa e Ivo Alceu dizendo que a Comissão de Agricultura desta Casa está ao inteiro dispor para o que precisarem, como também agradeceu a presença dos Senhores Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada, pelo Senhor Presidente e por mim Marlene Couto de Cristo, Secretária da Comissão.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) ORLANDO PESSUTI — Presidente
Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 10.ª LEGISLATURA

2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, sob a Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti e, com a presença dos Senhores Deputados membros desta Comissão contando ainda com vários outros Senhores Deputados e como convidado o Senhor Dr. Justino Araújo Vilela, Presidente da Associação Paranaense de Cafeicultores do Paraná e, ainda a presença do Senhor Bernardo Zanetti, da Cooperativa Corol de Rolândia, Senhor Gilberto Borges da Silveira da OCEPAR, Norberto Ortigosa da SEAG, Franklin Furtado da Costa e Francisco Albuquerque Neto todos da SEAG, reuniu-se a Comissão de Agricultura para uma reunião/palestra, sobre a Cafeicultura Paranaense. Abrindo os trabalhos o Senhor Presidente convidou o Dr. Justino Vilela para fazer parte da mesa como também o Senhor Bernardo Zanetti e os Senhores Deputados Paulo Furiatti e Basílio Zanusso. O Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos da presente reunião, passando a palavra ao Dr. Justino Vilela em primeiro lugar, e em seguida falaram os Senhores Bernardo Zanetti, os Senhores Deputados, Paulo Furiatti, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Gilberto Carvalho e Fuad Nacli além de outros participantes, cujos pronunciamentos se encontram traduzidos em Notas Taquigráficas que passam a fazer parte integrante da presente Ata. Antes de encerrar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os presentes em nome de todos os membros da Comissão de Agricultura e da Assembléia Legislativa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião, da qual para constar eu Marlene Couto de Cristo, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1983.

(aa) ORLANDO PESSUTI — Presidente
Marlene Couto de Cristo — Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE A FALÊNCIA MUNICIPALISTA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 5.ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de junho do um mil novecentos e oitenta e três, às 10:30 horas, reuniu-se no anfiteatro deste Poder Legislativo, a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre a "Falência Municipalista", sob a Presidência do Senhor Deputado Tadeu França e contando com a presença dos membros efetivos da Comissão, Senhores Deputados Homero Oguido, Roberto Requião, Odeni Mondruel, Ivan Gubert e dos participantes Senhores Deputados Toguio Setogutte, Nelson Vasconcellos, Marcio Almeida, Fiori Luiz e Sérgio Spada. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciado os trabalhos, dizendo que a presente reunião foi convocada de comum acordo com os demais membros, para que fossem ouvidos os Senhores Doutor Wilson Moreira, Prefeito Municipal de Londrina e Doutor Girley Carneiro Leal,

procurador daquela Prefeitura Municipal. Usando da palavra os Senhores Doutor Wilson Moreira e Doutor Girley Carneiro Leal, dissertaram longamente, bem como responderam à perguntas que lhes foram formuladas pelos Senhores membros da Comissão e Senhores participantes, conforme notas taquigráficas em anexo, que farão parte integrante da presente Ata. Sendo o que contava da Ordem do Dia, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores convidados, membros da Comissão participantes e deu por encerrado os trabalhos, mandando lavrar a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, por mim, Boanerges de Menezes Caldas, Secretário da Comissão, para que se publique e produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 09 de junho de 1983.

(aa) TADEU FRANÇA — Presidente
Boanerges de Menezes Caldas — Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de junho de um mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas e quinze minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, com o fim específico de instalar e eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial de Reforma à Constituição, os Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Homero Oguido, José Antônio Fonseca e Adhail Sprenger Passos, membros efetivos da citada Comissão, estando ausente o Senhor Deputado Basílio Zanusso. De acordo com o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, após constatar o quorum legal, assumiu a presidência o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, dando por instalada a Comissão. A seguir realizou-se a eleição, verificada a votação constatou-se a unanimidade de votos para os Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Homero Oguido, para a Presidência e Vice-Presidência respectivamente. Usando da palavra o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, ponderou, educadamente, aos presentes dizendo já ser Presidente da Comissão de Educação da Casa, e por ser esta uma Comissão abrangente e ser integrante de diversas Comissões permanentes, e também por falta de disponibilidade, fator tempo, solicitou aos seus nobres pares que levassem em conta estes obstáculos, e que, os mesmos sufragassem o nome de outro colega para a presidência da Comissão, mas as suas ponderações e justificativas não foram atendidas, tendo os seus colegas ratificado a sua eleição. Devido a insistência, e atendendo apelo de seus nobres Pares, o Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, assumiu a Presidência, agradecendo aos presentes a deferência toda especial a ele conferida. Prosseguindo o Senhor Presidente, com a anuência dos presentes, indicou o nome do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, para atuar como Relator Geral da Comissão, a seguir foi distribuído ao mesmo, as Proposições de nºs 110/82, 41/83 e 61/83. E de acordo com o parágrafo 10, do artigo 60, do Regimento Interno, foi distribuída ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, as proposições de nºs 74/82 e 32/83, para que fossem relatados. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, lembrando antes, que as próximas reuniões da Comissão, serão convocadas de acordo com o Regimento Interno, continuando o Senhor Presidente, solicitou ao Senhor Secretário a lavratura da presente Ata, para que, após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

Agildes de Oliveira Martins - Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas, reuniram-se na Sala das Comissões sob a Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, os Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Homero Oguido e José Antônio Fonseca, membros efetivos da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, na Hora do Expediente foi lida e aprovada, sem restrições, a Ata da reunião anterior, a seguir o Senhor Presidente fez a distribuição dos processos que se encontravam na Comissão, ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, a Proposição de nº 62/83, de autoria do Senhor Deputado Roberto Requião, proposta de Emenda Constitucional, acrescentando um parágrafo único, com redação que especifica, ao artigo 123, da Constituição Estadual (Direitos e Garantias Individuais), e de conformidade com o parágrafo único do artigo 43, do Regimento Interno, o Senhor Presidente avocou para si, a Proposição de nº 52/83, de autoria do Senhor Deputado Márcio José de Almeida, propondo Emenda à Constituição, acrescentando incisos XIII e XIV, com redação que especifica, ao artigo 138 da Constituição Estadual (autonomia a universidades mantidas pelo Estado). Nada mais constando da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, usando da palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho, propôs, de acordo com o artigo 126, do Regimento Interno, a anexação das Proposições de nºs 74/82, 32/83, 41/83 e 61/83, a Proposição de nº 110/82. Aparteando o Senhor Presidente informou aos presentes que já tinha encaminhado à Mesa desta Casa, requerimento neste sentido, ficando portanto, nula a proposta em tela. A seguir foi relatada pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, a Proposição de nº 110/82, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 113/82, encaminhando proposta de Emenda Constitucional, que tem propósito de adaptar a Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda nº 22, de 29 de junho de 1982, a Carta Magna da Nação. Aparteando o Senhor Deputado José Antônio da Fonseca, disse não concordar com o texto do inciso III do artigo 16, após breve diálogo entre os presentes, o Senhor Presidente propôs aos presentes, que, devido ao curto espaço de tempo, já que este Poder entrará em recesso na próxima semana, que o Deputado interessado apresentasse Emenda à Constituição no próximo período legislativo. Proposta aprovada, por unanimidade. Usando da palavra o Senhor Presidente disse que o inciso VII, do artigo 16, ora relatado, no seu entender deveria ter o seu texto modificado, pois com o atual dava para se ter divesas interpretações, e que se registrasse em Ata o seu posicionamento. Artigo 16, inciso VII. Qualquer membro que fizer parte da Mesa, não poderá ser reeleito para qualquer cargo na Mesa, na mesma legislatura. Parecer favorável. APROVADO. Na continuidade, dos trabalhos foi relatada pelo Senhor Deputado José Antônio Fonseca, a Proposição de nº 68/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 65/83, encaminhando proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do nº 03 do parágrafo único do artigo 26 e artigos 57 e 58 da Constituição Estadual. (Estatuto do Ministério Público). Parecer favorável APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, solicitando ao Senhor Secretário, a lavratura da presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada a publicação, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS

Presidente

Agildes de Oliveira Martins

Secretário

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, às quatorze horas e quinze minutos, reuniu-se na Sala das Comissões, a Comissão Especial de Reforma à Constituição, sob a presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, e contando com as presenças dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, José Antônio Fonseca, Homero Oguido e Gilberto Carvalho, membros efetivos da citada Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente iniciou os trabalhos, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatadas pelo Senhor Deputado Gilberto Carvalho, Relator Geral da Comissão os seguintes processos: REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO Nº 110/82, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 133/82, encaminhando proposta de Emenda Constitucional, que tem propósito de adaptar a Carta Estadual aos mandamentos constantes da Emenda nº 22, de 29 de junho de 1982, a Carta Magna da Nação. REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO Nº 68/83, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 65/83, encaminhando proposta de Emenda Constitucional que altera a redação do nº 03 do parágrafo único do artigo 26 e artigos 57 e 58 da Constituição Estadual. Colocadas em votação as mesmas foram aprovadas por unanimidade. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, mandada a publicação para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos Senhores Deputados: Caíto Quintana, Tadeu França, Odeni Mongruel e Márcio Almeida. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, quando foi aprovada a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente comunicou o recebimento do ofício nº 10/83 da Assessoria de Imprensa e Relações Públicas da Secretaria de Educação e do ofício nº 296/83, da Câmara Municipal de Curitiba. Em seguida passou-se à Ordem do Dia onde foi relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI Nº 43/83, de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, que denomina "Colégio Polivalente Pedro Boatto Neto", o estabelecimento de ensino de 2º grau da cidade de Cascavel. Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: Favorável. Aprovado. O Senhor Presidente distribuiu os projetos de nºs 27/83 e 13/83; foram designados relatores os senhores Deputados Odeni Mongruel e Tadeu França, respectivamente. O Senhor Deputado Caíto Quintana cumprimenta o Senhor Presidente pelo painel realizado dia trinta e um de maio próximo passado, sobre a participação do Estudante no Conselho Estadual de Educação. O Senhor Deputado Odeni Mongruel se pronunciou, falando também sobre o Conselho Estadual de Educação e afirmou que o mesmo funciona efetivamente e que é de destaque nacional o que valeu de reconhecer cursos de nível superior, bem como está apto a criar cursos reconhecidos pelo Governo. Sugere também que os membros da Comissão de Educação, visitem o Conselho Estadual de Educação. O Senhor Deputado Márcio Almeida, propôs que se convidasse representantes da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e também de representantes da União Paranaense

dos Estudantes para debater sobre a democratização do Ensino Superior. A proposição foi aceita por todos e a programação com relação à Campanha, ficou marcada para o dia vinte e um de junho próximo às nove horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 07 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se a Comissão de Educação, sob a presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos Senhores Deputados: Odeni Mongrue, Caíto Quintana, Rubens Bueno e Edmar Luiz Costa. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, quando foi aprovada a Ata da reunião anterior. O Senhor Presidente comunicou o recebimento do ofício n.º 1.330 da Secretaria de Educação e de um ofício da ADITEP. Em seguida passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 13/83, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, que dispõe sobre a adoção do livro didático nas Escolas Públicas do Estado, e dá outras providências. Relator: Deputado Tadeu França. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 27/83, de autoria do Senhor Deputado Augusto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Campo Mourão o imóvel que especifica. Relator: Deputado Odeni Mongrue. Parecer: favorável. Aprovado. PROJETO DE LEI N.º 78/82, de autoria do Senhor Deputado Nelson Friedrich, que inclui currículo das Escolas Estaduais de segundo grau, às disciplinas que especifica. Relator: Deputado Caíto Quintana. Parecer: o Senhor Relator solicita que o projeto seja convertido em diligência, junto ao Conselho Estadual de Educação. Aprovado. O Senhor Presidente comunicou o recebimento de um relatório sobre a situação da Escola de Música e Belas Artes do Paraná. O Senhor Deputado Odeni Mongrue pediu uma cópia do mesmo, para posteriormente se manifestar a respeito. O Senhor Presidente comunicou sobre o debate dia vinte e um de junho sobre os convites que foram feitos pela Comissão de Educação, e pediu que fosse suspensa a reunião ordinária desse mesmo dia, o que foi aceito por todos. O Senhor Presidente mandou distribuir o exemplar de número um, do "Jornal da Educação" O Senhor Deputado Odeni Mongrue se manifestou sobre um artigo do mesmo jornal, que se referia à insuficiência de recursos para o pagamento dos professores. Foi recebida pela Comissão uma equipe de professores, lideradas pela Presidente da Comissão dos Orientadores Educacionais, professora Ivone Froldi Ramos, juntamente com uma Comissão das Orientadoras de Ponta Grossa. O que trouxe a Comissão a esta Comissão de Educação foi uma deliberação de n.º 10 do Conselho Estadual de Educação que poderia vir a ser contra os Orientadores Educacionais. A Senhora Presidente declarou que há orientadores educacionais fora do seu cargo. Disse que existe o Decreto Federal de n.º 72.846 que regula a profissão dos Orientadores Educacionais e leu o Decreto cuja cópia será encaminhada ao Presidente da Comissão de Educação. O Deputado Edmar Luiz Costa fez perguntas que foram respondidas pela Presidente. O Senhor Deputado Odeni Mongrue se pronunciou dizendo que se coloca ao inteiro dispor. Será entregue ao Deputado Odeni Mongrue subsídios para que o mesmo possa discutir o assunto oportunamente. As professoras dão sugestões e oferecem para deixar na Comissão de

documentação inerente ao caso. O Deputado Odeni Mongrue ficou encarregado de trazer subsídios na próxima reunião para que a Comissão de Educação possa fazer estudos e solicitar a revogação da Deliberação do Conselho Estadual de Educação. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
Maria Aparecida Gebran Amaral — Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se a Comissão de Educação no Plenarinho da Assembléia Legislativa, em caráter extraordinário, para a realização de uma palestra proferida pelo Professor João Calisto de Medeiros sobre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, seguida de debates. Foram abertos os trabalhos sob a presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos e com a presença dos Senhores Deputados: Márcio Almeida, Caíto Quintana, Rubens Bueno, Ezequias Losso, Tércio Albuquerque, e Odeni Mongrue. A presente reunião contava com a presença do Professor João Calisto de Medeiros, Administrador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; Monsenhor Jorge Antônio da Costa Guimarães, Inspetor Regional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade no Sudoeste; Senhor Nadir Martins Bassoa, assessor da C.N.E.C.; Sr. Antônio E. Oliveira, coordenador pedagógico do Colégio Presidente Kennedy, de Campo Largo; Sr. Gerson Luiz Sarturi, da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Curitiba; Senhora Lygia L. A. Moreira, chefe da Divisão de Planejamento e Operações do Departamento de Pesquisa e Planejamento da FUNDEPAR; Senhora Cleuza Maria Richter, do Departamento de Primeiro Grau da Secretaria de Educação; Sr. Gilberto Santana de Alencar, secretário geral da União Paranaense dos Estudantes de Primeiro e Segundo Graus; Sr. Carlos Alberto Faraco, Presidente da Associação de Professores da Universidade Federal do Paraná; Sr. Edílio Ferreira, membro do Diretório Estadual do PMDB e Sr. Lafaiete Santos Neves, professor da Universidade Federal do Paraná. O Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos da presente reunião, passando a palavra ao professor João Calisto de Medeiros que discorreu sobre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e distribuiu a Cartilha do Aluno Cenequista de sua autoria. Em seguida o Monsenhor Jorge Antônio da Costa Guimarães discorreu sobre o Mapa da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Márcio Almeida, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso e os Senhores Gilberto Santana de Alencar, Carlos Alberto Faraco, Gerson Luiz Sarturi e Lafaiete S. Neves. O professor João Calisto de Medeiros respondeu a todos. Todos os debates da presente reunião, se encontram em notas taquigráficas traduzidas, que passam a fazer parte integrante da presente Ata, O Senhor Presidente para encerrar afirmou que todos os debates da reunião serão de grande utilidade para a Assembléia Legislativa e agradeceu a todos em nome da Comissão de Educação e em especial ao Professor João Calisto de Medeiros e aproveitou a oportunidade para comunicar que a Comissão de Educação se reúne ordinariamente todas as terças-feiras às treze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da reunião, da qual para constar, eu Maria Aparecida Amaral, secretária, lavrei a presente Ata que depois de aprovada, é por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 21 de junho de 1983.

(aa) ADHAIL SPRENGER PASSOS — Presidente
Maria Aparecida Amaral — Secretária